

Fevereiro

Curso de Formação em Terapia Familiar Sistêmica - Local: Instituto Familiaie - R. Napoleão Laureano - Vila Madalena. Inscrições a partir de 22 de novembro. Informações: tel: (11) 3037-7652 / (11) 3034-4166 ou inst.familiaie@uol.com.br / www.familiaie.com.br

Março/abril

Cursos, seminários clínicos, painéis de debate, oficina de textos, conferencias e palestras. Local: Livraria Pulsional - Centro de Psicanálise. R. Dr. Homem de Mello, 446, cep: 05007-001. Informações: (11) 3865-8950 / (11) 3675-1190 / (11) 3672-8345 ou www.pulsional@uol.com.br

Cursos de Especialização Instituto Sedes Sapientiae - Departamento Psicanálise da Criança. Informações: Secretaria do Instituto Sedes Sapientiae - R. Ministro Godoy, 1484. CEP 05015-900 - SP. Tel: (11) 3866-2730 / 2732 / 2734 ou www.sedes.org.br / sedes@sedes.org.br

Março

Março de 2005 a fevereiro de 2006

Curso de Especialização-Saúde Mental e Qualidade de Vida no Hospital Geral (Nefrologia). Inscrições Abertas. Informações (11) 5574-6300 ou <http://proex.epm.br>

01|03|05

Curso de Especialização em Terapia Familiar - Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo. O objetivo é formar profissionais de nível superior das áreas de saúde, social e educação para atendimento de famílias. Inscrições a partir de novembro 2004, duração 3 anos. Informações: (11) 3814-1752 / (11) 5084-7060 / (11) 5084-7061

04|03|05 a 16|12|06

Curso de Especialização em Psicoterapias Cognitivo - Comportamentais. Coordenador: José Roberto Leite. Informações: tel. (11) 5539-0155 - ramal 201 - www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm

15|03|05 a 16|04|05

Curso de Ética e Humanização na USP. Objetivo, discutir e analisar fundamentos e conceitos de ética e humanização nos serviços de saúde. Coordenadores: Prof. Assoc. Paulo A. C. Fortes e Profa. Assoc. Vitória K. Cornetta. - Local de inscrição: Faculdade de Saúde Pública - Serviços Alunos - Av. Dr. Arnaldo, 715 - Cerqueira César - tel: (11) 3066-7787 / (11) 3081-9001.

Abril

Dialógico 2005 - Curso de Capacitação e Treinamento em Psicoterapia Infantil / Curso de Capacitação e Treinamento em Gestalt - Terapia / Descobrimdo a Gestalt - Terapia: teoria, técnicas e aplicações. Av. N. S. Copacabana, 1.183 cob.01 - Copacabana - RJ - CEP 22070-010 - tel: (21) 25251-5644 ou www.dialogico.com.br / luaguair@dialogico.com.br

04|04|05 a 29|07|05

Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Gratuito. Para profissionais que atuem ou pretendam atuar no campo da saúde mental psicossocial. Gestores de serviços e sistemas, pesquisadores e docentes. Informações: Serviço de Gestão Acadêmica da ENSP -R. Leopoldo Bulhões, 1480 - sl. 317. cep: 21041-210 - RJ. Tel: (21) 2598-2557 / (21) 2598-2558 / 0800-230085 - seca@ensp.fiocruz.br

Maio

12 a 14 de maio

Cindor USP - Congresso Interdisciplinar de Dor da Universidade de São Paulo. Serão apresentados os avanços e perspectivas futuras na prevenção, diagnóstico e tratamento de dores crônicas e agudas. Local: Centro de Convenções Rebouças - Av. Rebouças, 600. Informações e Inscrições: (11) 9882-9988 ou bleventos@uol.com.br

12 a 14 de maio

XXI Simpósio de Psicologia em Cardiologia. Local: Art & Covention Center - Av. Macedo Soares, 499 - Campos de Jordão - O departamento da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo - SOCESP - realizará suas principais atividades científicas. Informações: (11) 6163-9393 ou agenda@comunica.inf.br

26 a 28 de maio

X Encontro Paranaense e V Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais. Informações: (41) 263-4895 ou www.centroreichiano.com.br

Agosto

27 a 30 de agosto

II Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas. Hospital Pequeno Príncipe. Informações: rua Desembargador Motta, 1070, cep.80.250-060, tel.(41) 310-1010 ou www.pequenoprincipe.org.br ou eventos@hpp.org.br

Setembro

7 a 10 de setembro

V Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Local: Pestana São Paulo Hotel, Rua Tutóia, 72 -SP. O congresso será presidido pela psicóloga Paola de Araújo Andreolli. Informações: www.sbph.org.br Tel: (31) 3224-6154 / (17) 224-0507.

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 142 • outubro 2004 | janeiro 2005

500 mil assinaturas contra o Ato Médico

Conselho Federal de Psicologia e categorias da saúde querem a retirada do projeto de lei

02 Editorial

Conversando com o Psicólogo Fiscalização sanitária nas clínicas verifica condições de salubridade do atendimento

Ciência e Profissão Projeto Memória resgata trajetória de psicólogos no Brasil

05 **Questões Éticas** Pesquisas com seres humanos exigem ética

Formação Reforma Universitária leva sociedade acadêmica ao debate

10 **Orientação** Fiscalização para garantir adequação das avaliações para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação

Opinião Deputado federal Roberto Gouveia expõe a discussão das agências reguladoras

12 **Seção Aberta** A manifestação contra o Ato Médico atravessou o país e recolheu 500 mil assinaturas

Políticas Públicas Psicólogos trabalham junto ao resgate da cidadania com comunidades da periferia

16 **Um Mundo Melhor é Possível** Projeto possibilita a inclusão social e o resgate da cidadania dos moradores de rua

Interior Banco Social chega ao interior e à baixada

Nuestra América Latina Reeleição de Bush não foi boa para o Brasil

20 Livros

Estante

23 Mural

Agenda

03

04

08

11

14

18

Expediente



Conselho Regional de Psicologia SP

Psí Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Lúcia Fonseca de Toledo
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

Conselheiros efetivos

Andréa Torres, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Fátima Regina Riani Costa Taino, José Roberto Heloani, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Pereira Jardim, Andréia de Conto Garbin, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Andréa Torres
Membros | Adriana Eiko Matsumoto, José Roberto Heloani, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes

(11) 4152 8494
Jornalista Responsável H. Carrijo (MTb 17.396)

Colaboração Flávia Machado, Paula Crecêncio, Paulo Meirelles, Ana Paula Kuntz e Roberto Lima

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Juliana Migueletto e Cláudia Gil

Fotos capa e Seção aberta Elder Tanaka

Impressão Bangraf

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jomal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 322 6224, 322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“O Banco Social estabeleceu um importante elo de ligação entre o psicólogo e os órgãos públicos”

Sueli Ferreira Schiavo

“Nesse esforço (do Brasil) no rumo de outros grandes países da periferia, quanto mais iniciativas práticas e menos estridência, melhor”

Boris Fausto

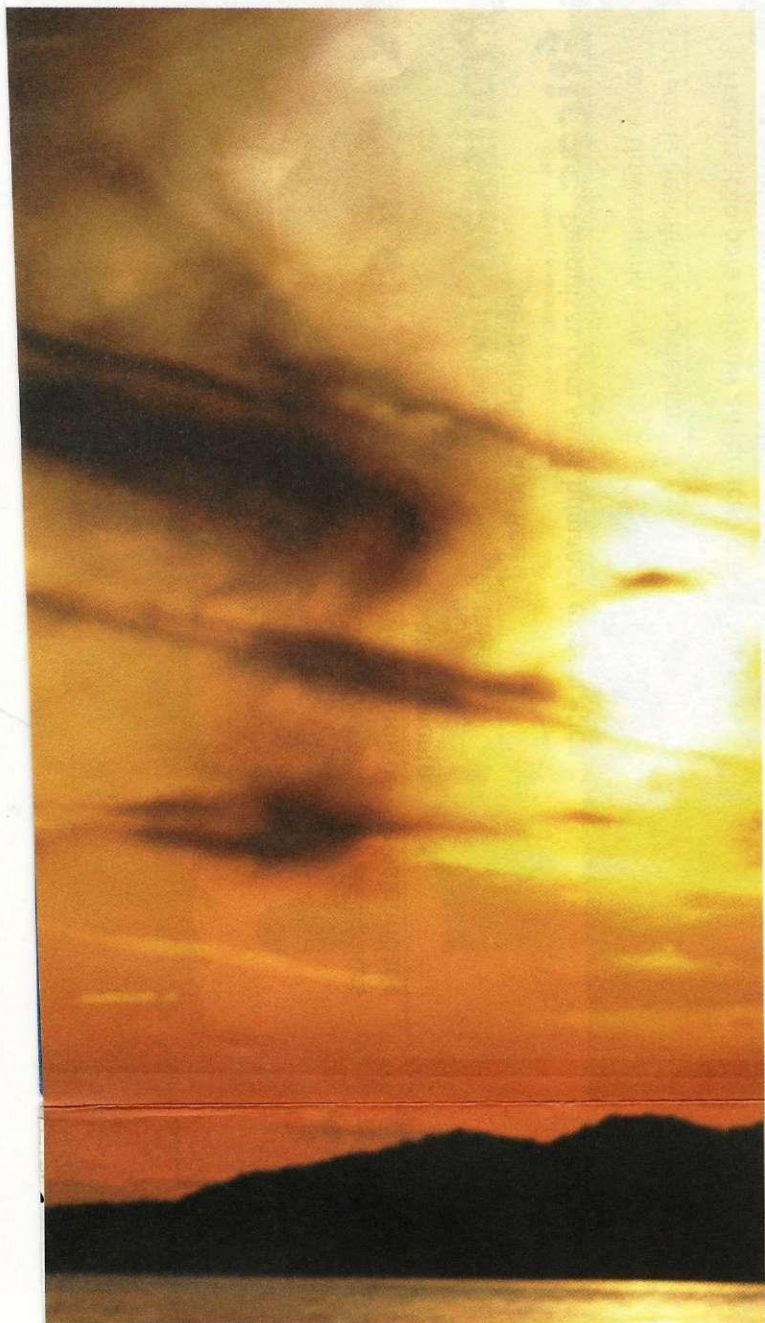
“Em qualquer universidade, desde o início, o estudante deve ser formado como pesquisador, respeitando os princípios éticos”

Mariângela Belfiore Wanderley

“O CFP quer a retirada do projeto (do Ato Médico)”

Ricardo Moretzsohn

Um outro mundo possível



Ano novo, vida nova... Sabemos que isso é muito mais um "chavão" do que realidade. Será? A verdade é que o início de um novo ano nos faz rever metas, estabelecer propósitos e prioridades, explicitar objetivos. Sempre acreditando que a revisão e o novo planejamento aumentam a viabilidade de concretizar nossas melhores intenções. Por isso, ano novo, ânimo refeito. A gestão de CRP 06 dedicou parte do seu tempo no final de 2004 à elaboração do planejamento detalhado das ações que serão empreendidas em 2005. E julgamos importante que você, psicólogo, conheça as linhas gerais desse planejamento para acompanhar, participar das atividades e avaliar conosco os resultados obtidos.

O planejamento está organizado em três grandes conjuntos de ações, que são denominadas de desafios. São eles: 1) Fortalecer e avançar o projeto do compromisso social articulado com a diversidade da Psicologia como ciência e profissão; 2) Garantir que o CRP 06 seja uma referência legitimada pelo psicólogo e pela sociedade; 3) Dar continuidade à construção de referências para a prática profissional qualificada.

Embora as metas estejam organizadas em três desafios diferentes, eles se articulam e, por meio de uns, se alcançam os outros. A primeira e mais imediata tarefa de um conselho profissional é cuidar da qualidade do exercício profissional. É essa a atribuição básica que o Estado delega aos conselhos, para que as profissões sirvam adequadamente à sociedade. Por isso um

conselho deve regulamentar, orientar e fiscalizar a atuação de seus profissionais. No CRP 06, essa missão será cumprida servindo também à categoria, sendo um espaço de reflexão e debate que permita estabelecer referências sólidas, fundamentadas e avançadas para o exercício profissional. É disso que trata o terceiro desafio.

Essas referências terão validade e legitimidade na medida em que os mecanismos para sua elaboração garantam, por um lado, o reconhecimento de demandas da sociedade e, por outro, a escuta dos psicólogos que se deparam com questões diversas em seu cotidiano e que devem ter a quem remetê-las. Com o segundo desafio, trabalharemos para que a escuta, o debate, a reflexão coletiva e a elaboração de propostas tenham lugar no CRP 06, garantindo-se uma gestão democrática e participativa.

Os dois desafios encontram seu sentido maior no primeiro. A atuação profissional, a participação democrática e o reconhecimento do papel social da profissão aliam-se a um compromisso ético com uma sociedade mais justa e igualitária. O primeiro desafio aponta que queremos toda a Psicologia nessa direção. Convidamos você, psicólogo, a enfrentar esses desafios juntamente com seu Conselho. Participe das atividades do CRP 06, traga suas questões, suas propostas, sua colaboração. Queira, como nós, que o adágio se realize e se amplie. Ano novo, vida nova e luta permanente por um outro mundo que sabemos ser possível.

Cartas

Cartas

Redução de estômago

Na edição n. 141 julho/setembro de 2004 do Psi Jornal de Psicologia, na seção "Conversando com o Psicólogo", a matéria publicada sobre o "Acompanhamento terapêutico que as cirurgias definitivas exigem", suscitou o nosso interesse de participar desta reflexão, por meio do Instituto Brasileiro Interdisciplinar da Obesidade - INBIO.

A posição apresentada pela sra. Jaqueline Coelho Pinto, autora do artigo, é compartilhada e defendida pelo Instituto, que congrega profissionais de diferentes áreas da saúde, no tocante à necessidade de se realizar a avaliação psicológica prévia dos candidatos à cirurgia redutora do estômago e o posterior acompanhamento psicológico, tendo em vista a complexidade desta intervenção cirúrgica e suas consequências na vida futura do indivíduo que a realiza.

Neste sentido, temos interesse de colaborar com o CRP SP para ampliar o debate e a troca de informações e conhecimentos relativos ao tema, sendo esta troca de experiência e conhecimentos um dos objetivos do INBIO, no sentido de promover a formação profissional dos interessados.

Celina Dias Borges Sobreira
Presidente do INBIO

Errata

Pesquisa

No segundo quadro da matéria "Pesquisa revela o perfil completo do profissional no País", da edição 141, onde está "Qual das opções que eu vou citar, melhor descreve a sua principal área de atuação na psicologia, ou seja, aquela que lhe proporciona maior renda?", leia-se "Pensando no mês passado, qual foi a participação da atividade como psicólogo(a) no seu orçamento pessoal?".

Psicologia Infantil

Ao contrário do que diz a matéria "Psicologia infantil uma especialização abrangente", da edição 141, a psicóloga Maria de Betânia Paes Norgren é mestre em Psicologia pela PUCSP, especialista e professora do curso de Arteterapia do Instituto Sedes Sapientiae.

Vigilância sanitária: o que o psicólogo tem a ver com isso?

Fiscalização nas clínicas verifica condições de salubridade no atendimento

A exigência da inscrição das clínicas psicológicas no Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária (CMVS) ainda causa estranheza entre os profissionais já que não há prática invasiva, como cirurgias, aplicação de injeção e agulha nem se trabalha com material perecível. Mas tanto as clínicas como os consultórios psicológicos são classificados como um serviço de saúde, submetendo-os à fiscalização. É o que explica o coordenador de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, Hélio Neves. “A fiscalização da VISA é um serviço que tem como propósito verificar a qualidade de produtos, bens e serviços e o trabalho dos hospitais, clínicas médicas, acupunturistas, tatuadores, salões de beleza e clínicas psicológicas”, explica. No caso dos consultórios, a fiscalização vai se deter às condições físicas dos locais, onde ocorrem os atendimentos, como higiene, ventilação e iluminação.

Lúcia Fonseca de Toledo, secretária do CRP-SP, atribui a estranheza ao fato de a exigência de inscrição no CMVS ainda ser

ignorada por grande parte dos profissionais. Segundo ela, não houve divulgação adequada por parte das autoridades.

A Vigilância classifica os serviços em saúde como de alta, média e baixa complexidade e de baixo, médio e alto risco. O atendimento psicológico é classificado como de baixa complexidade e baixo risco. A fiscalização, segundo Hélio Neves, busca garantir conforto ao usuário e ao profissional.

Para ele, a exigência do cadastramento no Serviço de Vigilância de Produtos, Serviços e Saúde do Trabalhador é positivo. “A fiscalização oferece um selo de qualidade à clínica e transmite ao usuário a tranquilidade e a segurança de que está se utilizando um serviço controlado pelas autoridades sanitárias”.

A secretária do CRP-SP, Lúcia Fonseca de Toledo, complementa: “a fiscalização é o reconhecimento da importância da Psicologia nas atividades da saúde pública”. Ela acredita que o controle das clínicas psicológicas pela Vigilância Sanitária permitirá a construção de um banco de dados confiável que fornecerá informações da atividade profissional. Tais informações capacitarão as administrações municipais visualizar a distribuição dos serviços de saúde no município e orientar os gestores de políticas públicas.

Segundo Hélio Neves, a clínica, quando reúne profissionais de diversas áreas de saúde, deve atender às exigências específicas de cada uma delas para garantir ao profissional e aos seus clientes de que não estarão expostos a fatores de contaminação.

O procedimento para que a clínica seja cadastrada é simples. Na cidade de São Paulo, todas as informações podem ser obtidas no site http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/vigilancia_saude/0023 ou diretamente na Coordenação de Vigilância em Saúde, na rua Santa Isabel, 181 - térreo (telefones 3350-6624/3350-6628) das 9h às 16h. A clínica, uma vez cadastrada, deverá recolher anualmen-



te uma taxa municipal. Criada por lei, a taxa não foi cobrada nos últimos dois anos no município de São Paulo. Caso ela estivesse em vigor, o valor seria de aproximadamente R\$ 300,00.

O cadastramento só será feito na Vigilância Sanitária do Estado, se a cidade ainda não tiver municipalizado o serviço. O registro é obrigatório e imprescindível para que a clínica possa funcionar legalmente. “É importante que o profissional, antes de começar a trabalhar em uma clínica, verifique a regularidade dela no Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária”, aconselha Hélio Neves.

Para quem funciona sem o devido cadastro, há o risco de autuação pela autoridade sanitária. A punição pode ir de uma simples advertência, passando por uma multa, até a interdição. O valor da multa é de no mínimo R\$ 100,00. Hélio ressalta que o objetivo da VISA não é a punição, mas conscientizar para que o atendimento seja feito num ambiente salubre sem risco para o profissional e o usuário. ●

“A fiscalização oferece um selo de qualidade à clínica e transmite ao usuário a tranquilidade e a segurança de que está se utilizando um serviço controlado pelas autoridades sanitárias”

Hélio Neves

Projeto resgata trajetória de psicólogos no Brasil

Dedicação e pesquisa mantêm a memória viva



“O Projeto Memória quer estabelecer bases para uma ampla pesquisa sobre o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, contribuindo na construção da identidade do psicólogo brasileiro”

Carmem Silvia R. Taverna

Uma profissão sem lembranças é uma profissão sem história. A Psicologia, que vem se desenvolvendo a passos largos no Brasil e no mundo, tem suas raízes e suas causas no passado que não devem ser esquecidas. Ao contrário, devem ser compreendidas. Nessa busca, o Conselho Federal de Psicologia desencadeou, em 1999, um programa de regaste da memória dos pioneiros no Brasil dos anos 40 e 50, o qual foi adotado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo: o projeto “Memória da Psicologia Brasileira”.

Por meio da gravação de depoimentos em vídeo, o projeto pretende preservar e divulgar histórias oficiais e outras ainda não contadas dos precursores da profissão. “O projeto, em São Paulo, quer estabelecer bases para uma ampla pesquisa sobre o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, contribuindo na construção da identidade do psicólogo brasileiro. Desde então, produzimos documentários em vídeo sobre os trabalhos de alguns pioneiros, abrangendo suas histórias pessoais, mas com enfoque voltado especialmente para suas atividades profissionais”, conta Carmem Silvia R. Taverna, conselheira e coordenadora do projeto Memória da Psicologia do CRP-SP.

Ela lembra que a série de vídeos “História e Memória da Psicologia em São Paulo” foi inaugurada por “Imagens de Magui”, que apresenta a trajetória profissional da psicóloga Maria Margarida Moreira Jorge de Carvalho. Na sequência, foram produzidos os seguintes títulos: “Pioneiro da Psicologia do Esporte, João Carvalhaes”; “Betti Katzentein, uma psicóloga do século XX”; “A Psicologia no serviço público em Campinas - reflexos da história” e, ainda, “Aniela Meyer-Ginsberg”.

“Produzimos, até o momento, dois vídeos temáticos, que estão em fase final de edição: ‘História da Psicologia Jurídica’ e a ‘História da Psicologia Hospitalar em São Paulo’”, adianta. O primeiro apresenta a Psicologia como ciência, no início do século XX, e nos anos 1940, focalizando a Psicologia Jurídica e Criminologia; o tra-

balho do juizado de menores; da subdiretoria técnico-científica; e do serviço de biotipologia criminal da Penitenciária do Estado. Nos anos 1950, destaca-se o movimento desde a regulamentação da profissão até a inserção do psicólogo como um profissional do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim como as conquistas dessa área na contratação de profissionais na Vara de Menores. Na Vara da Infância e Juventude e na Vara da Família. A produção apresenta também os desafios atuais da área.

Já o vídeo sobre a história da Psicologia Hospitalar recorda o ensino de Psicologia nas décadas de 1940 e 1950; a Psicologia Médica; a formação profissional em Psicologia e a formação dos profissionais de saúde; o hospital e a função das equipes multidisciplinares, bem como as definições atuais sobre este campo profissional.

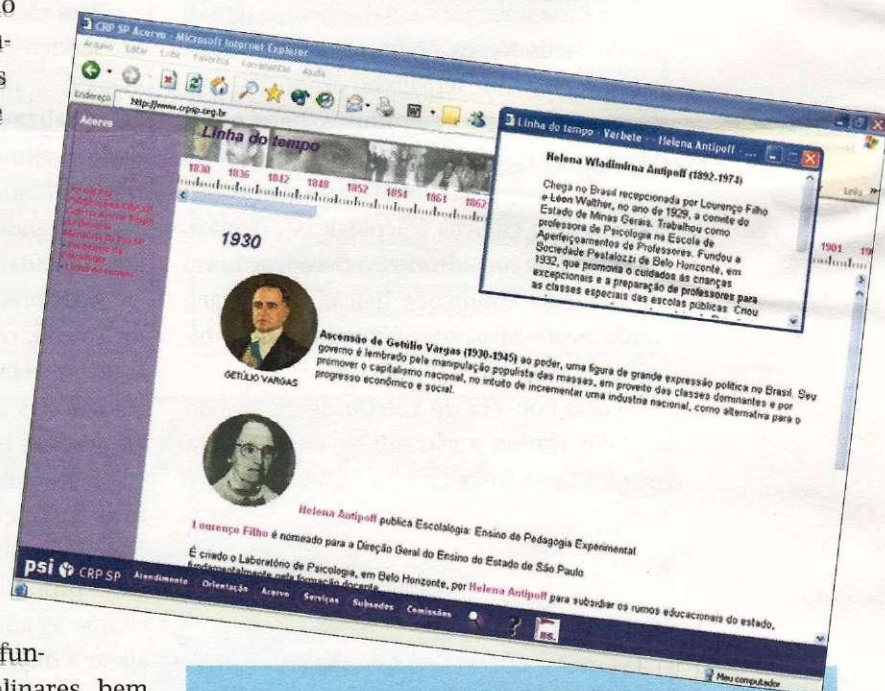
Carmem Taverna destaca que o projeto, ao resgatar, preservar e compreender a memória da Psicologia, como construção histórica, busca encontrar as concepções que a fundamentam em suas bases teóricas e metodológicas e as relações que estabelecem com a sociedade brasileira. Portanto, construir novos conhecimentos, na perspectiva de ampliar o campo de reflexão sobre a função social do psicólogo, dos seus limites e das suas potencialidades.

Tempo - O projeto é composto pelo “Memória da Psicologia Brasileira” e pelo “Linha do Tempo da Psicologia Brasileira”, idealizado pelo CRP-SP para sistematizar, estruturar e, principalmente, divulgar informações sobre a história da Psicologia no Brasil, de 1830 a 1965. “Iniciamos a coleta dos dados, buscando conhecer os trabalhos existentes em livros, dissertações e teses, arquivos dos grupos e núcleos de estudos e pesquisas, nessa área específi-

ca”, revela Carmem. Em fase de revisão, o “Linha do Tempo” será disponibilizado em breve à categoria, através do site do CRP-SP (www.crp.org.br) e do Conselho Federal de Psicologia (www.pol.org.br).

Participam da revisão do “Linha do Tempo” os pesquisadores Nádia Rocha (BA), Ana Maria Jacó-Vilela (RJ), Raquel Nunes da Cunha (DF), Maria do Carmo Guedes (SP), Marisa Baptista (SP), Inês Loureiro (SP) e Roberto Sagawa (SP). No CRP-SP, o projeto é da responsabilidade de Carmem Silvia R. Taverna, Janaína Cristina Barêa, coordenadora e estagiária do Projeto Memória, Adolfo Barros Benevenuto e Marcos Roberto Fernandes da Anunciação, respectivamente, *webmaster* e estagiário do CRP-SP.

Veja, na imagem abaixo, um exemplo do projeto Linha do Tempo.



Aquisição das fitas de vídeos para residentes na cidade de São Paulo

Retirá-las no Conselho Regional de Psicologia, das 09:00 às 18:00, no endereço: rua Arruda Alvim, 89 - Jardim América próximo a estação Clínicas (metrô).

Neste caso o boleto bancário será enviado posteriormente para pagamento.

Dúvidas - (11) 3061-9494 r.323 (das 9:00 às 18:00)

Aquisição para residentes fora da cidade de São Paulo:

Preencher o formulário acessando o site http://www.crp.org.br/a_servi/produtos_projetos/fr_produtos_projetos_adquirir.htm#2

Valor

As fitas de vídeo retiradas na recepção do Conselho têm o custo de R\$ 20,00 cada, e, quando enviadas pelo correio acrescentam-se R\$ 2,00 por fita para despesas de sedex.

Pesquisas com seres humanos exigem ética

Psicólogos devem tomar cuidados para não expor as pessoas a sofrimento emocional

Nas áreas biomédicas e humanas, pesquisa com seres humanos é, hoje, uma exigência de formação profissional. Para Mariângela Belfiore Wanderley, diretora do Instituto de Estudos da PUC e ex-presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC, esse talvez seja um dos fatores que mais contribuiu para que, a partir da década passada, a realização de pesquisas fosse impulsionada. Uma amostra do volume dessa demanda são os 300 pedidos que chegaram para análise da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo nos últimos 30 meses.

A produção acelerada de conhecimento por meio de pesquisas dessa natureza poderia, sem um controle, incorrer em métodos eticamente inadequados. Isso motivou o Conselho Nacional da Saúde a aprovar, em 1996, a Resolução 196/96, regulamentando as pesquisas com seres humanos. Quatro anos mais tarde, o Conselho Federal de Psicologia também considerou importante normatizar a matéria, na esfera da categoria, e baixou a Resolução 16/2000.

A professora Mariângela Belfiore Wanderley diz que há uma exigência da ciência e um reconhecimento no país de se fazer pesquisa para a formação do profissional, de pesquisadores e de professores. "As agências que fomentam as pesquisas, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a CAPES (Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) têm disponibilizado mais recursos, o que faz com que as universidades ampliem o número de pesquisadores, em diferentes níveis de estudo e formação. A pesquisa está cada vez mais específica e aprofundada nas diferentes áreas de conhecimento", explica.

As repercussões podem ser reconhecidas na execução de políticas públicas. É o pesquisador colaborando na produção e transferência de conhecimentos que informam e qualificam ações públicas que vão, mais tarde, beneficiar a sociedade. Mariângela Belfiore lembra que as universidades têm firmado parcerias com governos municipais e estaduais em programas, como os de renda mínima, na área da assistência social; os de formação de professores da rede pública, na área da educação; e os de saúde da família, na área da saúde. Segundo ela, as pesquisas com seres humanos na área social resultam, por exemplo, em metodologias de trabalho, de monitoramento e avaliação de programas, que são uma exigência ética na utilização dos recursos públicos.

Garantias individuais - As transformações pelas quais passaram o universo aca-

dêmico foram oportunamente adequadas a normas sintonizadas à nova realidade brasileira de construção de leis voltadas à garantia do indivíduo. A Resolução 196/96 foi elaborada sob quatro referenciais básicos: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, além de assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

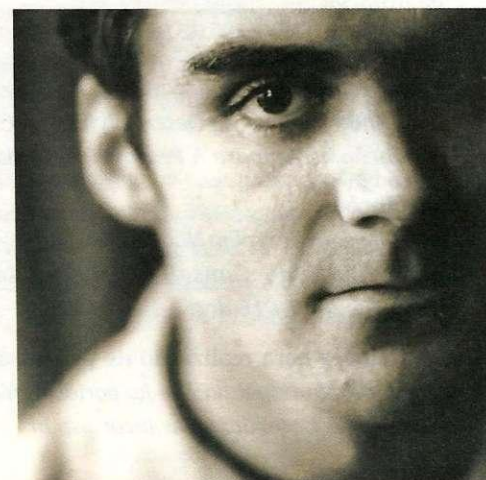
Maria Júlia Kovacs, professora associada do Instituto de Psicologia da USP, observa alguns aspectos que fundamentam o princípio ético nas pesquisas com seres humanos. Ela ressalta a importância de "a pessoa ser informada sobre todos os aspectos envolvidos na pesquisa, de garantir que ela não sofra nenhum prejuízo em função de estar participando dela e ter a liberdade de abandoná-la em qualquer momento que considerar".

Iara Coelho Zito Guerriero, psicóloga e coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e membro da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), lembra outro ponto a ser seguido pelos pesquisadores: o anonimato. "O participante tem o direito ao sigilo das informações que fornece e, no caso de pesquisas em Psicologia, a saber a quais procedimentos será submetido. Além disso, a entrevista de conteúdo pessoal deve ser realizada em um lugar reservado", afirma.

Todos esses cuidados são necessários para evitar que o entrevistado sofra algum dano em relação à sua imagem ou que o procedimento do estudo leve a sofrimento psíquico. "A primeira preocupação deve vir do próprio psicólogo pesquisador em fazer um balanço entre os riscos e os benefícios da pesquisa. Se há mais chances de causar um dano, do que de trazer benefícios, a pesquisa é eticamente inadequada", diz.

Pela ótica da Psicologia, deve-se também tomar o cuidado de analisar como o indivíduo poderá reagir diante de assuntos traumáticos como a morte de um parente. "O pesquisador precisa tomar cuidado ao reviver fatos antigos e afastados da pessoa", aconselha Iara Guerriero.

Capacidade emocional - Essa precaução está na Resolução 16/2000 do CFP, que adequa a normatização do CNS à peculiaridade da categoria. Estabelece que é "obrigação do psicólogo responsável pela pesquisa avaliar os riscos envolvidos tanto pelos procedimentos como pela divulgação dos resultados, para proteger os participantes e as comunidades às quais pertençam". A Resolução determina que a avaliação com grupos vulneráveis, como crianças em situação de rua e habitantes em favelas, deverá ser feita por quem conheça bem a realidade dos participantes e



tenham experiência de pesquisa e trabalho com esses grupos.

O CFP estabeleceu também que os participantes tenham a capacidade legal, cognitiva e emocional para entender os objetivos e possíveis consequências da pesquisa; e que as crianças devem ser informadas em linguagem apropriada sobre as intenções e métodos da pesquisa mesmo que haja o consentimento dos responsáveis.

Os psicólogos, ainda segundo o CFP, estão impedidos de prosseguir com as pesquisas caso os pais não estejam qualificados quanto à responsabilidade sobre os filhos, às práticas de maus-tratos e à condição cognitiva e emocional. Pela Resolução do CFP, os membros da equipe de pesquisa serão responsáveis pela proteção dos participantes, “devendo tomar providências sempre que constatar que eles se encontram em situação de risco sério e iminente à sua integridade física e emocional”.

Formação - Na área biomédica, onde há maior tradição em pesquisas com seres humanos, a preservação da integridade física e psicológica do indivíduo conti-

nua sendo condição precípua da ética. “Se há risco para o paciente, se a pergunta é irrelevante e se não vai produzir conhecimento, o pesquisador não deve dar continuidade ao seu trabalho”, aconselha dr. Eduardo Moacyr Kriger, diretor da Unidade de Hipertensão do Instituto do Coração e presidente da Academia Brasileira de Ciências. “Por isso, são importantes o preparo do pesquisador e sua capacidade de fazer perguntas importantes e abordagens corretas”, diz.

A professora Mariângela Belfiore Wanderley, da PUC, também defende que a questão ética seja tratada nos próprios cursos de formação. “Na universidade, a dimensão investigativa deve estar presente na formação do estudante, desde os primeiros anos do curso. E o respeito aos princípios éticos deve integrar essa formação”, acredita. Para ela, a reflexão prossegue com muito mais rigor nos mestrados e doutorados. “O respeito aos seres humanos, quando se tornam objetos de pesquisa, precisa fazer parte da cultura do pesquisador”, espera Belfiore.

Comitê de ética - A seriedade com que

é tratada a questão pode ser dimensionada pelos filtros pelos quais uma pesquisa passa antes de ser aprovada. A psicóloga Iara Guerriero explica que todo projeto que lida com seres humanos é enviado, na forma de um protocolo, para um Comitê de Ética em Pesquisa - regulamentado pela CONEP -, da instituição que solicita a pesquisa e, obrigatoriamente, daquela onde ela será realizada. Esses comitês são integrados por uma equipe multiprofissional, onde não pode haver mais de 50% de pessoas da mesma categoria, além de garantir a participação de representantes de usuários. As agências fomentadoras também não liberam recursos caso não haja aprovação dos Comitês de Ética.

A professora da USP Maria Júlia Kovacs alerta, no entanto, para a severidade de análise por parte de alguns comitês. “Ao extrapolar nas suas exigências, as minúcias acabam inviabilizando projetos de iniciação científica e mestrados que dispõem de um prazo muito curto para sua realização”, queixa-se ela. “Os comitês de ética tornam-se o fiel da balança para o sucesso da pesquisa”, adverte. ●

Glossário

O que é uma pesquisa?

É um estudo sistemático para averiguar a realidade ou descobrir fatos relacionados a qualquer campo do conhecimento. As pesquisas mais frequentes são:

- epidemiológicas;
- sobre comportamento, atitudes e crenças;
- testes de novos remédios e procedimentos.

CONEP - A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, ligada ao Conselho Nacional de Saúde, é responsável por propor as diretrizes sobre ética em pesquisa com seres humanos.

CEP - O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão institucional e tem a responsabilidade primária pelas decisões sobre ética de pesquisas na instituição, de modo a proteger a integridade e os direitos dos voluntários participantes. Integra o sistema CONEP-CEP, que tem papel no controle social das pesquisas com seres humanos. É integrado por, no mínimo, sete pessoas, entre homens e mulheres, profissionais de diferentes áreas e, pelo menos, um representante de usuário. Não deve haver mais da metade de membros da mesma categoria.

Quais são os princípios?

Para que as pesquisas atendam as exigências éticas e científicas, é necessário que o pesquisador:

- explique do que se trata a pesquisa e o que acontecerá com quem aceite participar;
- garanta que os riscos previsíveis serão evitados;
- garanta assistência a qualquer dano que possa resultar da participação da pessoa no estudo;
- dê a liberdade à pessoa convidada de participar ou não da pesquisa;
- não inclua alguém contra a vontade;
- comprometa-se em buscar o máximo de benefícios e o mínimo de riscos e danos;
- comprometa-se em apresentar os resultados do seu estudo aos participantes e às instituições de saúde, além da divulgação em eventos e publicações científicas, garantindo o anonimato dos participantes;
- assegure que as informações obtidas não serão usadas para prejudicar as pessoas e/ou comunidades;
- assegure aos participantes do estudo e à comunidade os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos e/ou remédios da pesquisa, mesmo após o término do estudo;
- respeite sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos participantes “sujeitos de pesquisa”.

O que é a Resolução CNS 196/96?

É a resolução que dá as diretrizes e normas reguladoras para pesquisa com seres humanos no Brasil. Ela foi elaborada por um grupo de diferentes profissões, inclusive com representantes de usuários.

Agências fomentadoras:

Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - www.capes.gov.br

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - www.cnpq.br

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - www.fapesp.br

Resoluções:

Nº 199/96 do Conselho Nacional de Saúde - conselho.saude.gov.br/docs/Resolucoes/Reso196.doc

Nº 16/2000 do Conselho Federal de Psicologia - www.pol.org.br/legislacao/doc/resolucao2000_016.doc

Instituições para realização de pesquisa:

Secretaria Municipal da Saúde: portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/organizacao/cepsms

Instituto do Coração: www.incor.usp.br

“O participante tem o direito ao sigilo das informações que fornece e, no caso de pesquisas em Psicologia, a saber a quais procedimentos será submetida. Além disso, a entrevista de conteúdo pessoal deve ser realizada em um lugar reservado”

Iara Coelho Zito Guerriero



Processos Éticos

Relacionamento pessoal

M. era atendida em psicoterapia pelo psicólogo J. havia mais de um ano. Estabelecera uma forte confiança nesse profissional sempre levando para as sessões aspectos muito íntimos de sua vida. Durante o processo, o psicólogo deu a M. alguns objetos, sempre contendo dedicatórias endereçadas a ela. Para ele, os objetos foram dados à sua paciente quando ainda estava estabelecida a relação terapêutica, sendo que isso se justificava no âmbito do tratamento.

Em um dos atendimentos, M. declara o seu intenso envolvimento por J., referindo já ter pensado o bastante para considerar que tal sentimento não se dirigia ao que ele representava como profissional. O psicólogo, percebendo o impacto da declaração, leva a situação como objeto de reflexão em análise pessoal e supervisão profissional. Foram levantadas dificuldades por parte de J. em continuar os atendimentos à sua paciente, marcando a necessidade de proceder ao encerramento do processo psicoterápico, o que efetivamente foi feito pelo psicólogo.

Nosso Código de Ética Profissional determina que é vedado aos psicólogos estabelecerem relacionamento amoroso/íntimo de forma a prejudicar o andamento do processo psicoterápico e seus objetivos, tal como diz no art. 2º, alínea n:

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

n) estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetivos do atendimento.

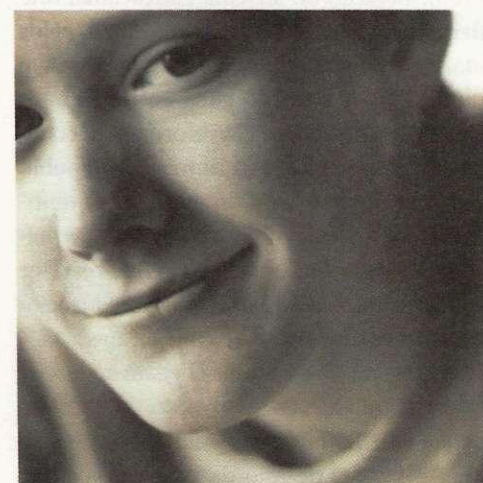
No caso em tela, não ficou configurada infração ao artigo acima citado, pois ficou caracterizada a preocupação do psicólogo em compreender e encaminhar eticamente a possibilidade de sustentação dos objetivos do trabalho psicoterápico diante da nova realidade que emergia.

Entretanto, seu trabalho ficou comprometido quando o artigo 1º, alínea c, é posto à luz:

Art. 1º - São deveres fundamentais do psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, em acordo aos princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional. Ou seja, houve ineficiência na condução do atendimento considerando que o intenso envolvimento por parte da paciente não pôde ser observado, trabalhado, sendo que o profissional, não atento a esse aspecto, deu objetos, até mesmo pessoais, estimulando uma compreensão equivocada por parte da paciente. A ineficiência fica clara na falta de avaliação do profissional sobre as repercussões vividas pela paciente diante do que se apresentava no contexto da psicoterapia.

É sabido que essa é uma relação de intimidade. Isso deve sempre ser usado em prol dos objetivos terapêuticos. Independentemente da linha teórica que embasa o modo de ver, pensar e atuar do profissional no seu atendimento, é obrigação deste cuidar para que o trabalho seja protegido sob a perspectiva da garantia de sua qualidade e do cumprimento de seus objetivos. Assim sendo, suas ações devem se dar sempre considerando o vínculo e perspectiva terapêutica que fundamenta a relação.



Penalização ética

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético CFP nº 6275/2003, aplicou a pena de Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias à psicóloga Arlete Barbosa Wada, o que se deu no período de 12 de novembro de 2004 a 11 de dezembro de 2004.

INFORME PUBLICITÁRIO

A Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP através do seu Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC), iniciará novas turmas em março/05, dos Cursos de Extensão (120h) e Especialização (500h), nas áreas de:

- Psicologia Hospitalar (credenciado pelo CFP)
- Neuropsicologia
- Distúrbios alimentares e obesidade

Destinado a

- Cursos de Extensão: psicólogos, estudantes de psicologia e profissionais da área da saúde.
- Curso de Especialização: Psicólogos

Inscrições: até 18/02/2005

Informações: tel. (011) 3069-6459 ou 3069-6188 Fax (011) 3064-5843.

e-mail: dipichc@hcnet.usp.br

site: www.cepsic.org.br

O Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina oferece os Cursos de Especialização em: Curso **Neuropsicologia**. Público Alvo: profissionais que atuam na área da saúde. Carga horária total 520 horas – sendo 283 de aulas práticas e 237 de aulas teóricas. Período do curso: 18/02/2005 a 17/12/2005. Inscrição: 08/11/04 a 17/01/2005. Seleção: 03/02/2005 a 04/02/2005 (com horário agendado). Matrícula: 15/02/2005 a 16/02/2005. Mensalidade: R\$ 500,00

ESCOLA CETAS

- Curso de Formação Inicial em Análise Bioenergética
 - Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Acupuntura
- Oferecemos Cursos Técnicos de Terapia Corporal, Acupuntura

Há 13 anos formando novos profissionais da área da saúde

Escola Autorizada pela Secretaria de Estado da Educação/MEC

Rua Correia Dias, 466 – SP (100 metros do Metro Paraíso)
Tel. 11- 5549.6910 e 5539.1271 – www.cetas.com.br
IBRACHI – 11 3021 .5187 – www.ibrachi.com.br

Mestrado e Doutorado
São Francisco

RECOMENDADO POR MEC
PELACAPES

Inscrições
• Alunos Regulares
1/12/2004 a 21/1/2005
• Alunos Especiais
21 a 23/2/2005

Psicologia
Área de Concentração:
Avaliação Psicológica

Informações
(11) 4534-8046
4534-8040

mestrado@saofrancisco.edu.br www.saofrancisco.edu.br

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Governo propõe mudanças na Educação Superior

Reforma universitária, Sistema Especial de Reserva de Vagas e Prouni levam sociedade acadêmica ao debate

A reformulação do sistema educacional brasileiro, pensada há cerca de oito anos pelos setores ligados à educação, ganhou forma e conteúdo na versão do governo federal. No caso do ensino superior, a reforma tem como princípios a expansão da universidade pública e gratuita, a revisão do mecanismo de financiamento estudantil e a concessão de bolsas de estudo. A proposta pretende reverter o quadro acinzentado de exclusão educacional traduzido na estatística de que apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos chegam ao terceiro grau, número bem abaixo do da Argentina, que tem 32%, Estados Unidos, com 50%, e Canadá, 62%. O desafio da inclusão social é um dos temas centrais da reforma.

Os primeiros passos foram dados em 1996. De lá para cá, foram implantadas algumas medidas, como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a municipalização

de parte do ensino fundamental, alterações nos cursos técnicos e as mudanças curriculares. Em 2001, houve uma inversão nos rumos da política educacional com a aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação), que previa um prazo de dez anos para colocar 30% dos jovens brasileiros no ensino superior, a sua maioria, em vagas públicas. Entretanto, a política do governo federal da época não permitiu ampliar as instituições públicas, e sim estimular a expansão do setor privado.

Este ano, nova leitura pode ser feita com a reforma universitária que está sendo proposta. Assim que o Ministério da Educação anunciou a inclusão, na sua agenda política para 2004, da elaboração de uma Lei Orgânica para a Educação Superior Brasileira, a reforma universitária estimulou inúmeros debates em todo o país, reunindo docentes, estudantes e representantes de movimentos sociais.

Para a presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Gazolla, com o texto do anteprojeto, o MEC sinaliza um amplo debate e apresentação de novas emendas, "o que se constitui num momento singular na história da educação brasileira". Ela também lembrou que o anteprojeto de lei procura criar um marco regulatório para todo o sistema, embora diferente para instituições públicas e privadas.

No dia 17 de janeiro, a Andifes, junto com outras 11 entidades (seis das áreas educacionais e científicas e seis dos trabalhadores em instituições de educação) entregou nota de apoio à participação qualificada nas discussões sobre o anteprojeto da Lei da Educação Superior ao ministro Tarso Genro. Ana Lúcia Gazolla afirmou que é necessário que o governo faça uma aposta corajosa na educação superior e nas instituições capazes de produzir bens do conhecimento. "A nossa convicção é que estamos diante de uma oportunidade histórica que poderá levar a criação de condições para consolidação e expan-

são qualificada e inclusiva da educação superior no Brasil."

Anteprojeto - A versão preliminar do anteprojeto de lei da reforma da educação superior foi apresentada pelo ministro da Educação, Tarso Genro, no último dia 6 de dezembro, aos fóruns das comunidades acadêmica e científica, aos movimentos sociais e estudantis e às entidades dos setores trabalhista e empresarial. Estas mesmas entidades e movimentos têm até o dia 15 de fevereiro de 2005 para sugerir emendas. Após esse prazo, o MEC vai construir o projeto de lei para discussão com a sociedade e, finalmente, encaminhá-lo ao Presidente da República.

No site do MEC, encontra-se pronunciamento do ministro da Educação Tarso Genro no qual ele diz que o texto do anteprojeto prevê a autonomia, o financiamento, a qualidade e também a assistência estudantil, "inclusive propondo uma forma inovadora de primeiro emprego acadêmico, além de uma política de financiamento do aluno e sua permanência na universidade". Ele coloca que a reforma da educação superior está ocorrendo paralelamente a uma "reforma radical e profunda" do financiamento da educação básica, que se consolida com a entrega ao Presidente da República do Projeto de Emenda Constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). "Esta reforma não teria sentido se não tivéssemos pensado também no financiamento e na qualidade do ensino básico", argumentou.

Com 100 artigos, o anteprojeto da Lei de Educação Superior é resultado de dez meses de debates com a comunidade acadêmica, entidades da sociedade organizada, lideranças sociais e políticas e especialistas no campo da educação. O documento defende conceitos e estabelece procedimentos para que a educação superior cumpra sua missão e exerça as responsabilidades que lhes são atribuídas na Constituição Federal. O documento trata da missão, atribuições e deveres das instituições públicas e privadas, fortalece o papel do Conselho Nacional de Educação (CNE) e cria o *Fórum Nacional de Educação Superior*, órgão consultivo da Câmara de Educação Superior do CNE.

O anteprojeto prevê que as instituições federais receberão, anualmente, da União nunca menos de 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, deduzida a complementação da União aos fundos de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação. Com a reforma, as despesas com inativos e pensionistas sairão do orçamento global e correrão à conta do Tesouro Nacional.

O Governo alega que, a partir da aprovação do projeto, as universidades receberão dotações globais de recursos e terão autonomia para decidir os destinos dos recursos





“O MEC sinaliza um amplo debate e apresentação de novas emendas, o que se constitui num momento singular na história da educação brasileira”

Ana Lúcia Gazolla

relativos a custeio, investimentos e pessoal. A expansão ficará condicionada à apresentação ao MEC do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O plano é uma exigência feita pelo MEC às instituições privadas, que, com a reforma, será estendida às públicas. As instituições terão de elaborar, a cada quatro anos, um PDI que apresente o planejamento nos prazos de seis, nove e 12 anos; e projetos pedagógicos e de desenvolvimento regional e local para as necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico nacional e regional. As universidades terão, ainda, de atender as demandas sociais e se integrar às populações de seu entorno ou área de influência.

O MEC criou uma página na internet (www.mec.gov.br/reforma) para debater o assunto. Além da íntegra do anteprojeto, o site também disponibiliza um campo específico para sugestões e mantém um fórum de discussões sobre o tema.

Recursos - O Governo pretende investir R\$ 1,7 bilhão, que será destinado às 55 universidades federais, sendo R\$ 1,389 bilhão para o reajuste de docentes e técnico administrativos e outros R\$ 260 milhões para o custeio das universidades - 47% a mais do que em 2004.

Nos dois primeiros anos deste governo, foram contratados 2.344 professores e já foi anunciada a contratação de seis mil novos docentes para as universidades públicas até 2006. A proposta faz parte da política de fortalecimento das instituições promovida pelo MEC. O anteprojeto de reforma da Educação Superior tem como princípio fundamental uma reivindicação histórica da comunidade acadêmica: a autonomia financeira das universidades. A proposta do Ministério da Educação prevê a criação de um conselho superior em cada instituição, responsável pela elaboração de normas acadêmico-administrativas. Os conselhos serão integrados por representantes dos professores, alunos, funcionários e comunidade. A mantenedora não poderá contar com mais de 20% de representantes.

Cotas - Algumas iniciativas do governo para o ensino superior receberam aplausos pelo caráter inclusivo e de reparo social como o Projeto de Lei nº 3.627, do Poder Executivo, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas, obedecendo a diagnósticos e orientação do Banco Mundial. O projeto, apresentado no dia 20 de maio de 2004 e elaborado a partir de sugestões da sociedade aos parlamentares da Comissão de Educação e Cultura, reserva 50% das vagas de graduação nas instituições federais de ensino superior aos egressos da rede pública. Haverá um percentual mínimo para negros e indígenas. A distribuição das vagas levará em conta o perfil da população da unidade da Federação onde está a universidade, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Prouni - Autoridades da área torceram, porém, o nariz para outras medidas. Um dos mais polêmicos é o Prouni (Programa Universidade para Todos), principal ação da reforma universitária do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O Prouni tem o propósito de custear o ensino superior de estudantes pobres da seguinte maneira: instituições privadas que aderirem ao programa ficam isentas de vários tributos federais; em troca, têm que destinar 10% de suas vagas para alunos sem recursos.

Otaviano Helene, professor do Instituto de Física da USP, ex-presidente da Adusp (Associação de Docentes da USP) e do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), reconhece que o Prouni tem apelo popular e parece combater a exclusão.

Mas observa que a proposta é, na verdade, um equívoco e fere pontos defendidos há décadas pelos educadores progressistas. O professor diz que o Programa fortalece a hegemônica presença do setor privado no ensino superior, dando posição de mando ao mercado educacional. “A posição de que recursos públicos devem ser utilizados na educação pública é histórica. Entretanto, o que o Prouni faz é aumentar as isenções fiscais para as IES privadas, que, com poucas exceções, não prestam contas de como as usam, remuneram de forma ilegal seus sócios, não têm transparência na concessão de bolsas e maquiagem balanços”, adverte. “As IES privadas oferecem seus cursos levando em conta apenas a existência de clientela, e não as necessidades das diferentes regiões do país e áreas do conhecimento. Mesmo eventuais ganhos pessoais por parte dos estudantes são comprometidos pela baixa qualidade dos cursos”, reforça ele. Otaviano Helene lembra que a existência de vagas ociosas no setor privado serve apenas como reserva estratégica, não havendo recursos de infra-estrutura e professores esperando para atender aos estudantes.

O professor de ciência política da USP e secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, reage. Para ele, como as isenções fiscais do Prouni representam menos de R\$ 200 milhões, basta que a inadimplência do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) seja reduzida a patamares aceitáveis para que a diminuição do custo do programa de financiamento compense parte significativa das isenções adicionais. Ele acredita que com o definitivo enquadramento da filantropia, muitas instituições ditas filantrópicas, por vontade própria ou por força de uma fiscalização mais atuante, deixarão de o ser, passando a pagar a cota patronal ao INSS.

“O Prouni foi idealizado justamente a partir do diagnóstico de que o setor privado de educação superior, apesar de movimentar quase 1% do PIB nacional, não só não recolhia imposto como gerava uma contrapartida social ínfima. Ora, 85% das matrículas se dão em instituições sem fins lucrativos, filantrópicas e não-filantrópicas. O que o Prouni fez, em grande medida, foi disciplinar as exigências previstas na Constituição para o gozo de isenções”, ressaltou. Segundo ele, a proposta do governo condiciona a permanência da instituição no programa à avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, obrigando as instituições a um esforço adicional em busca de qualidade. ●

Portarias

O Ministério da Educação adotou, em 2004, uma série de medidas legais para regular a expansão da educação superior privada com qualidade e direcionada ao desenvolvimento regional e ao interesse social. Entre as medidas já tomadas, está a Portaria nº 1217, que suspende por 180 dias o recebimento de credenciamento de instituições e novas autorizações de curso. A Portaria nº 1263 constitui o Comitê Técnico de Coordenação para apoio à atividade regulatória de novos credenciamentos. Já a Portaria nº 1264 prioriza os credenciamentos e autorizações segundo a análise da demanda regional. A de nº 2477 regulamenta as solicitações de credenciamento simultaneamente a solicitações de autorização de vários cursos, para impedir a “reserva de vagas” incompatível com as necessidades regionais. A Portaria nº 3065 prioriza a autorização de cursos superiores cujos projetos pedagógicos sejam inovadores e que contribuam significativamente para a melhoria da qualidade da educação superior.

São medidas de reação à liberalização do ensino superior, que, a partir da metade da década de 90, levou a uma expansão desenfreada das universidades privadas no Brasil. Hoje, apenas 30% das vagas são de instituições públicas. E o Brasil transformou-se no país com maior participação privada no ensino superior no mundo. O governo quer reverter esse processo e ampliar a participação do setor público na educação superior. A meta é criar novas universidades públicas, expandir novos pólos e criar 400 mil novas vagas em quatro anos nas instituições federais.

Psicotécnicos: fiscalização para garantir adequação das avaliações para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação

Ação, motivada pelo elevado número de reclamações, resultou em abertura de processos éticos

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-SP, em conjunto com os conselheiros, gestores de subsedes e alguns profissionais contratados, realizou um mutirão para levantar as condições em que são realizadas as avaliações psicológicas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em diversas cidades do estado de São Paulo. O trabalho foi motivado pelo elevado número de reclamações de profissionais e usuários sobre as avaliações realizadas no setor. Dos 1.336 profissionais credenciados pelo DETRAN, 265 psicólogos foram fiscalizados - 20% do total.

Dentre as irregularidades constatadas, as mais comuns relacionavam-se à inadequação de condições dos locais onde os testes eram aplicados, o uso da sala para outras atividades e a realização excessiva de avaliações, infringindo não só a resolução do CFP sobre a matéria como a legislação do DETRAN, a qual determina um limite de 10 avaliações por dia. Também foram identificados problemas quanto à utilização de material não original dos testes, à aplicação de testes com avaliação "desfavorável" pelo CFP e à guarda do material em locais sem segurança e que podem comprometer tanto o resultado das avaliações quanto o sigilo necessário ao trabalho realizado.

Do total de casos analisados, cerca de 10% serão encaminhados para a abertura de processos éticos. No restante dos casos, a irregularidade foi sanada por meio de orientações ou encaminhamento do problema ao DETRAN, por se tratarem de aspectos relacionados à legislação de trânsito.

Ana Paula Pereira Jardim, conselheira e que tem especialização/experiência nesta área de trabalho profissional, explica que, muito mais do que fiscalizar os profissionais, a ação do Conselho teve como principal objetivo orientar os psicólogos sobre a importância da realização de um trabalho adequado e que atendessem às reais necessidades dos candidatos à CNH. "O profissional que realiza testes na área de trânsito precisa estar consciente de sua responsabilidade perante os candidatos, devido à importância dessa avaliação não apenas para o próprio candidato como também para a própria população. Além disso, como os testes são solicitados por meio de um órgão oficial, o DETRAN, o psicólogo está prestando um serviço de caráter público, essencial para a garantia

de que os futuros motoristas estejam aptos a obter a carteira", explica.

Vale ressaltar que o exame atesta as condições psicológicas do indivíduo, o que pode fazer a diferença entre um motorista atento, equilibrado e que respeita as regras do trânsito e aquele que pode colocar sua vida e a de outras pessoas em perigo.

Ana Paula lembra que a Resolução CFP 2/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, foi um grande avanço. Entretanto, o profissional também deve estar atendo às variáveis que envolvem o processo de aplicação dos testes e principalmente às necessidades do candidato, individualmente. "Acredito que o psicólogo, mesmo mantendo a sua imparcialidade, pode realizar um atendimento diferenciado a cada candidato, ficando atento ao seu comportamento, esclarecendo as dúvidas e oferecendo uma situação tranquila e segura para a realização dos testes", afirma. A adequação das ferramentas e o atendimento criterioso garantiriam a confiabilidade das avaliações e, conseqüentemente, contribuiriam para aumentar a credibilidade

de dos profissionais perante a sociedade.

Entretanto, o trabalho não pára por aqui. Muitas outras questões, que envolvem a realização destas avaliações, ainda precisam ser revistas. "O livre credenciamento e a falta de equilíbrio na indicação dos profissionais geram uma situação de concorrência e de desvantagem para aqueles que realizam um trabalho adequado e criterioso. Além disso, pode haver pressão das auto-escolas para que todos os alunos sejam aprovados, comprometendo assim a imparcialidade e trazendo implicações éticas para o profissional", alerta Ana Paula.

Cumprindo uma de suas finalidades o CRP-SP vai continuar a trabalhar na tentativa de reduzir os problemas identificados, realizando fiscalizações para que, segundo Ana Paula Jardim, o profissional esteja consciente e possa realizar um trabalho adequado tanto técnica como eticamente.

Os psicólogos podem se manter atualizados sobre o assunto por meio dos sites do conselho (www.crp.org.br) ou do CFP (www.pol.org.br). Consulte, não fique na dúvida, oriente-se. Se necessário, entre em contato com o CRP-SP. ●

“O profissional que realiza testes na área de trânsito precisa estar consciente de sua responsabilidade perante os candidatos, devido à importância dessa avaliação não apenas para o próprio candidato como também para a própria população”

Ana Paula Pereira Jardim



Política pública é **dever** do Estado

As agências começaram a ser criadas no Brasil durante o governo FHC como parte da reforma de Estado, com o pressuposto de que o Estado não tinha mais capacidade de investir, por ser grande e burocrático, e de que era necessário transferir uma série de funções para a iniciativa privada.

A proposta das agências nasceu do exemplo norte-americano de Estado, com a velha idéia de que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Porém, diferente do Brasil, lá, a criação das agências decorreu da necessidade de se fortalecer o poder estatal contra empresas privadas que tinham se tornado excessivamente fortes. No Brasil, o Estado, apesar de estar presente em diversas áreas, sempre foi dominado por uma parcela restrita da população que colocava a sua estrutura à disposição das elites. Por essa lógica, as agências não mudavam. Em um governo que não cumpre a sua função de elaborar, coordenar e acompanhar as políticas públicas essenciais à população, as agências extrapolaram suas funções, atuando em espaços de competência exclusiva dos Ministérios. Com total autonomia em relação ao interesse nacional ou da população, as agências transformam-se numa verdadeira privatização do poder político no Brasil, implantando o chamado capitalismo sem risco. As tarifas públicas têm sido um bom exemplo desta situação.

Em outro extremo, com a Constituição de 1988, tivemos a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), uma verdadeira reforma de Estado com o objetivo de reforçar o papel público na elaboração e execução de políticas a partir dos princípios de universalidade, integralidade, equidade, descentralização e controle social. O SUS não é saúde para pobre; o SUS faz educação, promoção, prevenção, vacinação, combate endemias, a dengue, a AIDS, a malária; promove o Programa Saúde da Família; faz internações, praticamente 100% dos partos, hemodiálise e transplante. E é bom que se diga que o Brasil é o país que mais realiza transplantes no mundo na área pública. Os Estados Unidos realizam mais transplantes, porém o fazem na rede privada; aqui, quem faz é o SUS. Os mecanismos de participação da sociedade, como as conferências e conselhos de saúde, mostram que o Estado não precisa se “desresponsabilizar” das suas funções, mas, sim, criar mecanismos para que a sociedade como um todo participe e se aproprie do Estado com poder não só de fiscalizar mas também de deliberar sobre suas políticas. Não é sem motivo que hoje o SUS é exemplo para diversas outras áreas que vêm discutindo sistemas nacionais para habitação, assistência social, segurança.

Mas, no SUS, as agências também foram criadas e apresentaram diversas dis-

“O Estado não precisa se ‘desresponsabilizar’ das suas funções, mas, sim, criar mecanismos para que a sociedade como um todo participe e se aproprie do Estado com poder não só de fiscalizar mas também de deliberar sobre suas políticas”

torções. A Agência Nacional de Vigilância em Saúde e a Agência Nacional de Saúde Complementar são autarquias especiais vinculadas ao Ministério da Saúde. Como autarquias, ambas são parte da administração pública, e, portanto, não é aí que reside o problema. A questão está no grau de autonomia e independência frente ao órgão da administração direta ao qual deveria estar subordinada. Não existia, ou era pontual, a articulação das agências com os órgãos de vigilância epidemiológica, de auditoria e com as instâncias de controle social do SUS. Atualmente, o Ministério da Saúde busca criar os canais necessários para que as agências estejam em sintonia com as políticas nacionais.

Outra polêmica tem sido a estabilidade dos dirigentes. Quem deve ter estabilidade não é o dirigente para se livrar da pressão de órgãos governamentais. Estabilidade deve ter o funcionário que atua na fiscalização e controle das ações das agências; quem vai à indústria farmacêutica, ao hospital, à empresa, e ali está sujeito a pressões das mais diversas, vindas de todos os lados.

Outro exemplo da distorção do papel das agências se refere a uma de suas mais importantes atribuições, que é monitorar as tarifas praticadas pelas concessionárias e autorizar correções. Aí faltam mecanismos de prestação de contas ao poder público e à sociedade.

Em 2003, o Partido dos Trabalhadores, em reunião de sua direção nacional, assim se posicionou frente à questão: “Na criação das agências reguladoras, no governo anterior, o PT apresentou emendas propondo que houvesse um controle público sobre as mesmas e que elas tivessem uma relação adequada com o Executivo. Hoje, essas agências revelam-se poderes anti-republicanos, sem controle da sociedade, sem controle do governo e capturadas pelas empresas que deveriam ser reguladas. Assim, nas áreas de prestação de serviços essenciais à população, como energia, comunicações e combustíveis, ocorre uma total falta de regulação pública decorrente da extrema autonomia das agências. Para que as agências adquiram um caráter realmente público e regulador, o PT e suas bancadas farão gestões junto

ao Executivo e ao Congresso para que seja revisto o papel das agências e sejam elas submetidas a controles públicos e sociais. O governo deve agir para rever a competência dessas agências e conter os abusos que vêm sendo praticados nas tarifas das empresas privatizadas, principalmente no setor de energia e telefonia. O governo deve esclarecer a população sobre o fato de que a elevação do preço das tarifas está prevista nos contratos de privatização.”

Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei que busca corrigir distorções na atual estrutura das agências, definindo de forma clara os papéis dos órgãos governamentais e das agências. Parte-se da idéia de que o governo deve definir as políticas públicas e de investimento para cada setor e as agências regulamentar e fiscalizar os serviços.

Devemos garantir um amplo debate na sociedade civil com o objetivo de garantir que o Estado brasileiro seja cada vez mais forte e atue como indutor e articulador do desenvolvimento e de políticas públicas que permitam o exercício da cidadania plena.

Roberto Gouveia

Médico sanitário e deputado federal pelo PT-SP

500 mil assinaturas contra o Ato Médico ao Senado

A manifestação atravessou o Brasil e avançou, como a ampliação do debate sobre o

Em dezembro de 2004, um abaixo-assinado com cerca de 500 mil adesões foi entregue à presidência do Senado. Tamanha mobilização, que cortou todo o país, teve uma motivação: a rejeição ao projeto que institui o Ato Médico. Se existe um assunto hoje que gera polêmica e desconforto na área da saúde é o projeto de lei nº 25/02, apresentado pelo ex-senador Geraldo Althoff, e alterado na forma de substitutivo pelo senador Tião Vianna, ambos médicos. A proposta contém em sua essência um princípio que compromete a multidisciplinaridade na saúde por delegar apenas ao médico o poder de diagnosticar e indicar tratamento. A simples idéia provoca arrepios até mesmo entre autoridades médicas.

A matéria circula no Senado há cerca de três anos. O Conselho Federal de Psicologia e as demais categorias da saúde têm se mobilizado desde o início contra o projeto de lei. Mas o movimento ganhou

envergadura no dia 15 de setembro, quando cem mil pessoas, em 20 estados, manifestaram-se contra a proposta. Liderado pelo CFP, o movimento pretende recolher, ainda, outras 500 mil assinaturas e chegar a um milhão como demonstração inequívoca do descontentamento e desaprovção pelos cinco milhões de profissionais e estudantes da área de saúde à tramitação do substitutivo.

“Ainda há muito que se fazer. É preciso pressionar a relatora da CAS para que se convoque a tão prometida audiência pública para discutir a matéria”

Ana Bock

As vozes que partiram de todo canto do país contra o Ato Médico ecoaram no Senado. O próprio senador Tião Vianna reconsiderou, em parte, sua posição e apresentou, em dezembro, emenda substitutiva ao PL 25/02 que, segundo ele, “sanou imprecisões legais apontadas por categorias da área da saúde”. Ele considera que a nova redação “explicita melhor o campo de atuação do médico no contexto da atenção à saúde e assegura o respeito mútuo dos profissionais da área”. As alterações foram feitas nos parágrafos únicos dos artigos 1º e 3º do substitutivo.

As várias manifestações produziram também outros resultados, a princípio, positivos como o fato de a senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, avocar para si a relatoria do PLS 25/02. É animador que o parecer da matéria seja analisada por uma parlamentar que não seja uma profissional da Medicina. Agora, a estratégia das lideranças do movimento é impedir que o PL passe pela CAS. Caso isso ocorra, o projeto segue para aprovação na Câmara dos Deputados, antes de virar lei.

Para o ex-presidente do CFP, Ricardo Moretzsohn, a maior contribuição do movimento é chamar a atenção da população para o tema. “Conseguimos lançar luz sobre o problema, geramos um debate salutar. Antes da manifestação do dia 15 de setembro, o projeto tramitava no subterrâneo, nem os profissionais da área sabiam o que estava acontecendo. Agora temos inclusive o apoio popular”, diz. Desencadeado o debate, o que os opositores do Ato Médico reivindicam é a manifestação do Governo sobre o assunto.

O projeto, além de apontado como uma tentativa de reserva de mercado, é considerado prejudicial à saúde da população, em particular no setor público onde tais restrições de diagnóstico e tratamento podem provocar demoras e imperfeições no atendimento ao paciente. Moretzsohn é da opinião de que o substitutivo, do jeito como está, dá margem a várias interpretações.

A nova redação, segundo ele, não garante rigorosamente nada. As prescrições e diagnósticos do paciente continuariam sendo do médico. “Qualquer indicação de tratamento não mais poderia ser feita por fisioterapeuta, enfermeiro ou qualquer outro profissional de saúde que não o médico”, assevera o ex-presidente do CFP.



Ato Médico são encaminhadas

ema e a adesão popular ao movimento

“Além disso, o substitutivo restringe as funções de diretoria de equipes, que tenha ao menos um médico, aos próprios médicos, o que vai contra a multidisciplinaridade”, completa. Para ele, não há o que consertar. “O CFP quer a retirada do projeto”, resume.

A luta que se travou contra o Ato Médico pretende evitar o retrocesso, considerando que o surgimento de novas profissões na área, treze no total (excluindo a medicina veterinária), é reflexo da evolução científica, da divisão do trabalho em busca de curas e patologias. “O projeto rompe com determinações da Organização Mundial da Saúde, ofende princípios básicos do SUS, impede a livre escolha do usuário, inviabiliza projetos de saúde pública (como o Programa Saúde da Família, que atua na linha preventiva), e ainda suprime a competência técnica legal da prescrição. Não tem nada de bom, é totalmente rejeitável”, argumenta Moretzsohn.

Entre a classe médica, há também quem não concorde com os dispositivos do PL. “Todas as áreas profissionais têm critérios éticos e técnicos que determinam sua melhor atuação. Isso determina os limites de cada ação. A área de competência de cada profissional é delimitada por uma relação segura entre o interesse e a capacidade de atuação. Não vejo, portanto, qualquer prejuízo para o usuário se mais de uma área profissional realizar com competência uma determinada intervenção”, afirma o diretor do Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas-FMUSP e professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, doutor Wilson Jacob Filho.

“Quando há superposição de interesses, principalmente financeiros, há conflitos que devem ser discutidos à luz da capacidade de cada área de competência. Quem pode avaliar adequadamente a pressão arterial? Quem pode aplicar um teste neuropsicológico? Quem pode interpretar uma prova de função pulmonar? Ao meu ver, quem tiver capacitação formal e a responsabilidade profissional para cada um desses procedimentos. Só com uma relação direitos/responsabilidades conscientes poderemos dar maior credibilidade popular a cada uma das áreas profissionais existentes”, aconselha ele.

Os críticos do PL garantem que a questão não é uma disputa corporativista, mas uma preocupação com os danos que se-

Categorias de saúde

Além da população que utiliza o serviço público, quase 600 mil profissionais de saúde de São Paulo seriam prejudicados com a aprovação do Ato Médico

Conselho	Profissionais Inscritos
Conselho dos Técnicos em Radiologia de São Paulo	13.000
Conselho Regional de Biologia de São Paulo	14.682
Conselho Regional de Biomedicina de São Paulo	10.500
Conselho Regional de Educação Física de São Paulo	40.000
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo	280.000
Conselho Regional de Farmácia de São Paulo	25.500
Conselho Regional de Fisioterapia e T.O.de São Paulo	27.800
Conselho Regional de Fonoaudiologia de São Paulo	9.500
Conselho Regional de Nutricionistas de São Paulo	13.660
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo	76.785
Conselho Regional do Serviço Social - 9ª região	18.000
Conselho Regional de Odontologia de São Paulo	67.875
Total	597.302

rão causados à população, já que no país, que é o único da América Latina a prover acesso universal à saúde pública, 70% das pessoas dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), que seria fatalmente atingido pela aprovação do texto em discussão. “Por isso, o projeto tem potencial para complicar o atendimento e reduzir a atenção à saúde, que inclui o bem-estar bio-

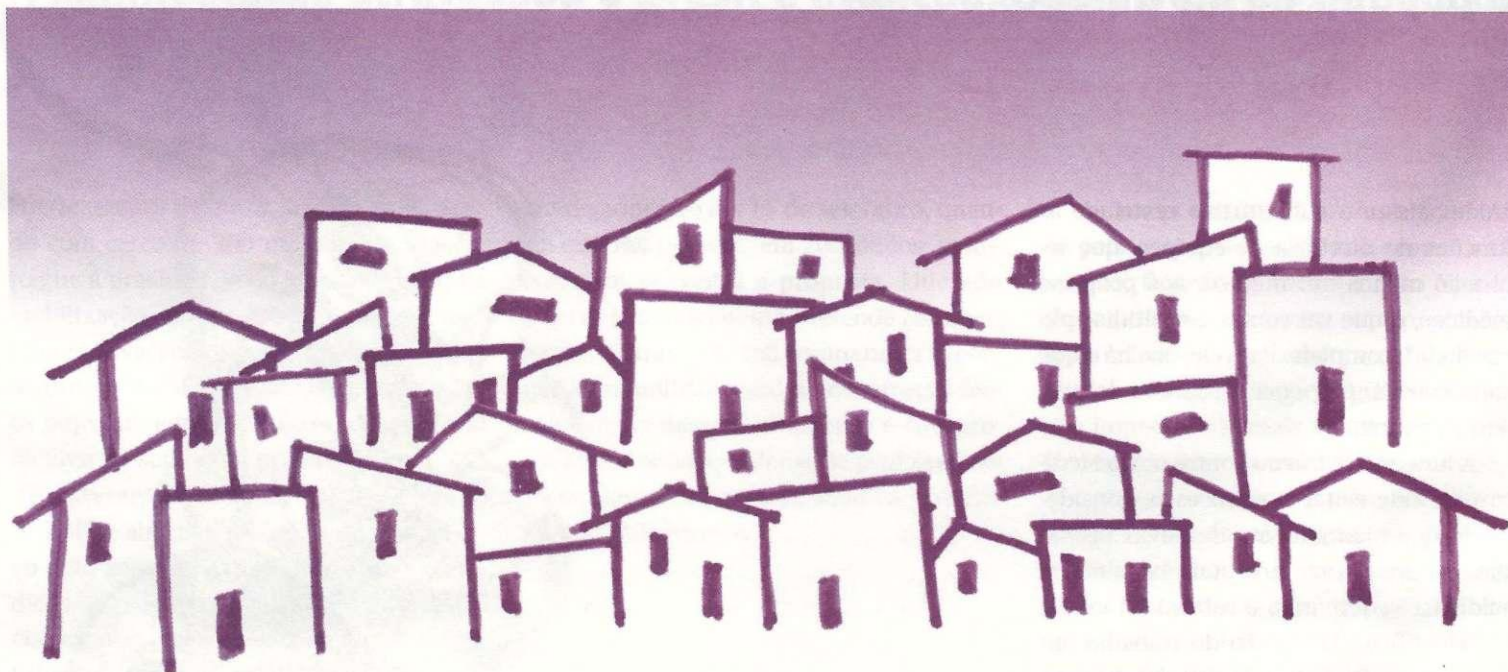
psico-social. O foco deve ser mantido na saúde e não na doença”, diz Moretzsohn.

A presidente do CFP, Ana Bock, adverte que o trabalho de pressão sobre os senadores deve continuar. “Ainda há muito que se fazer. É preciso pressionar a relatora da CAS para que se convoque a tão prometida audiência pública para discutir a matéria”, sugere. ●



Favelas: o retrato da exclusão urbana

Psicólogos trabalham junto ao resgate da cidadania com comunidades da periferia



A partir da década de 60, o Brasil assistiu a uma rápida expansão industrial que, em vez de distribuir riqueza, concentrou cada vez mais a renda e acentuou a exclusão urbana. Proliferaram-se as periferias pobres, marcadas pela informalidade. Em escala crescente, as favelas, os loteamentos clandestinos e irregulares, os cortiços e até mesmo as ruas e os viadutos passaram a ser a linguagem de moradia de uma parcela impactante da população brasileira.

A dimensão do problema pôde ser mensurada em trabalho elaborado pela Superintendência de Habitação Popular (HABI) da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo em parceria com o Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e PRODAM (Empresa de Processamento de Dados do Município). Segundo dados de 2003 da Base Cartográfica Digital das Favelas de São Paulo da SEHAB, cerca de 11% da população da cidade vive em condições inadequadas. Ou seja, são 1.160.597 pessoas sob o teto de 2.018 favelas.

Para redesenhar esse retrato vergonhoso, a administração anterior da prefeitura estabeleceu como prioritária, dentro de sua política pública voltada para a moradia, uma ação consistente de combate à exclusão e à segregação urbana: o programa "Bairro Legal". A idéia foi intervir na base do problema por meio da urbanização de favelas e loteamentos clandestinos e irregulares, da regularização fundiária, na qualificação de conjuntos habitacionais já existentes, na melhoria de moradias autoconstruídas, na construção de novas moradias (tanto por meios convencionais como pelos programas de mutirões), na instalação de infra-estrutura urbana, melhoria do acesso aos serviços e equipamentos públicos. As diferentes ações do "Bairro Legal" tinham tamanha amplitude que foi necessário envolver outras Secretarias, as Subprefeituras e a sociedade organizada. A natureza dessa intervenção realizada de forma integrada repercutiu nos programas sociais e de geração de emprego e renda da administração municipal.

Ao mesmo tempo que o programa da

SEHAB buscava diminuir o déficit habitacional, visava trazer ao alcance dos serviços públicos da cidade os milhares de moradores de favelas até então ignorados. A tradução dessa tarefa era integrá-los à vida da cidade com dignidade, levando a eles os benefícios da infra-estrutura urbana que a maioria não usufruía. A regularização fundiária, por sua vez, abria a possibilidade de os ocupantes dessas áreas obterem seus títulos de propriedades. A urbanização de favelas nasceu com o propósito de transformar a favela em um bairro integrado a seu entorno, fornecendo aos moradores qualidade de vida.

A atuação em favelas foi articulada e executada pela HABI e pelo Programa Mananciais e Norteada pelo Plano Municipal de Ação em Favelas, documento desenvolvido pela própria Superintendência, com obras já em andamento, e outras previstas para o período compreendido até 2009, quando 236 favelas deverão ser atendidas. A HABI vinha trabalhando intensamente na estruturação de um Cadastro Padronizado, que permitiria acompanhar de perto a população, incorporando informações não só da situação de moradia, mas das condições familiares, de emprego, de salubridade e fundiária.

O Programa de Urbanização de Favelas consiste na melhoria das condições de moradia e salubridade, pelo acesso à infra-estrutura, serviços, equipamentos urbanos e comunitários. Esse programa específico, junto com o de reassentamento, conta com apoio financeiro-institucional decisivo do Ministério das Cidades e já abrange 29 intervenções em 24 áreas, atendendo 67.867 famílias, o que representa 23% do universo de domicílios em favelas. Dois dos exemplos mais claros de intervenção em favelas são Heliópolis e Paraisópolis, que abrigam hoje, cerca de 160 mil moradores.

Apoio - Um programa dessa envergadura mobilizou profissionais de várias áreas. Com o objetivo de encontrar soluções coletivas para o enfrentamento das situações, o psicólogo foi chamado a participar do "Bairro Legal" para orientar e discutir as dificuldades que os moradores vivenciam. O pro-

fissional contribuiu em trabalhos grupais, onde há troca de experiência. "Trata-se de um 'olhar' para a rede de relações, para as dificuldades de organização de determinados grupos", diz Andréia de Conto Garbin, psicóloga com especialização em Psicologia Social e que trabalhava na Assessoria da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em um trabalho interdisciplinar (psicólogos, assistentes sociais, advogados e engenheiros), foi estruturado um curso para discutir o processo de regularização da área. A estratégia foi usada para recuperar a histó-

"A partir da leitura do contexto social, das concepções, crenças e opiniões que as pessoas têm sobre sua situação de moradia, a intervenção do psicólogo poderá ser eficaz no sentido de potencializar a afirmação cidadã, individual e coletiva"

Andréia Couto Garbin

ria de ocupação da área, os problemas comuns, as divergências, estimular o trabalho coletivo e superar o preconceito. Ela acrescenta que o trabalho do psicólogo pode, ainda, ser estendido às lideranças locais e no desenvolvimento de projetos comunitários.

"Os projetos de reurbanização e regularização de áreas públicas e privadas inserem a população no mapa da cidade e se traduzem em endereço formal, asfalto, rede de esgoto, iluminação e a segurança da propriedade, em coleta de lixo e transporte público", observa Garbin. "Não podemos dissociar o impacto de tais medidas na percepção que os cidadãos têm de si mesmos e dos vizinhos", argumenta. Para ela, a ação urbana estimula o exercício da cidadania, na medida em que as comunidades participam das discussões das obras, definindo projetos urbanísticos (através do trabalho social, principalmente o realizado na área da Secretaria da Habitação por

assistentes sociais), organizam reuniões, nas quais os profissionais são os mediadores e os esclarecedores de dúvidas.

As ações sociais desenvolvidas por psicólogos e assistentes sociais são articuladas e integradas aos processos jurídico-fundiários, o urbanístico-ambientais, sócio-econômicos e sócio-organizativos", explica. Andréia Garbin defende que o trabalho do psicólogo se pautar no referencial sócio-educativo, baseie-se na experiência de cada morador pertencente a determinado território. Para compreender a identidade dos indivíduos, ela sugere que o psicólogo se norteie na premissa de que o contexto social, que inclui moradia e trabalho, forma a subjetividade. "Trata-se de considerar as contradições da sociedade para compreender o comportamento (reações e emoções) dos indivíduos", diz ela. "A partir da leitura do contexto social, das concepções, crenças e opiniões que as pessoas têm sobre sua situação de moradia, a intervenção do psicólogo poderá ser eficaz no sentido de potencializar a afirmação cidadã, individual e coletiva", acredita.

Mesmo com toda a dedicação e empenho na questão da moradia, Andréia de Conto Garbin, chama a atenção para a atividade que é realizada pelo psicólogo. "Há uma grande

névoa sobre seu papel, pois, na maioria das vezes, ele realiza o trabalho de um assistente social ao não conseguir recuperar as especificidades da sua atuação", alerta.

Andréia Gabin destaca, porém, a importância do trabalho multidisciplinar na questão da moradia. "O trabalho na área da habitação está estreitamente relacionado às áreas da saúde e meio ambiente permitindo ao psicólogo considerar essas intersecções na amplitude do seu papel, promovendo a preservação do meio ambiente e melhoria da própria condição de vida e da localidade e práticas cidadãs e solidárias", assevera.

Iniciativa - Em 2004, a Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo realizou um projeto inovador de capacitação para formação de agentes comunitários em habitação. Segundo a coordenadora do projeto, Andréia de Conto Garbin, o objetivo da proposta, desenvolvida no Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo (RESOLO), foi estimular a participação de todos os moradores - não só dos membros das associações de moradores -, na gestão do processo de urbanização e regularização das áreas; ou seja, em todas as fases do processo, desde o acompanhamento das obras até a etapa de pós-urbanização. Visou, ainda, estimular a

participação dos moradores nos espaços comunitários e públicos. "Além disso, buscou-se desenvolver ações de preservação ambiental e reciclagem, e fortalecer as organizações locais", acrescentou. A formação de agentes comunitários teve como meta potencializar o protagonismo dos sujeitos da ação comunitária através da interação dos conhecimentos desses sujeitos, construído a partir de sua experiência prática para enfrentamento e superação dos problemas vivenciados.

Para Garbin, há um importante espaço para que o psicólogo atue na área da habitação e amplie os espaços de participação dos cidadãos. "Uma gestão compartilhada pode ser definida como um espaço de debates, negociação e busca de pactos, com o objetivo principal de democratizar as informações, as decisões e a implementação das ações por meio da participação social, da discussão coletiva e da busca de pactos entre os diversos atores envolvidos", defende ela.

Andréia Garbin diz que o psicólogo social pode ter como eixo da ação o fortalecimento das organizações locais através da participação da população no planejamento ambiental, na implementação de redes gestoras, nas ações educativas de sustentabilidade, voltadas à preservação do território. ●

INFORME PUBLICITÁRIO

Antes

"Rê, você vai assistir as palestras do Congresso de Psicologia?"

Pós

"Dra. Renata, parabéns pela sua palestra no Congresso de Psicologia."

PÓS-GRADUAÇÃO UNICSUL.



A DIFERENÇA ENTRE SER BOM É SER MELHOR.

Cursos Lato Sensu

- Análise Literária: do Romantismo às Vanguardas
- Famílias
- Psicologia da Saúde: práticas contemporâneas na clínica ampliada e na psicoterapia breve
- Psicopedagogia

Informações: 0800 770 6789 • pos@unicsul.br • www.unicsul.br/pos

• PROGRAMAS DE MESTRADO RECONHECIDOS PELA CAPES
• CURSOS DE LATO SENSU EM OUTRAS ÁREAS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Av. Dr. Ussiel Cirilo, 204



UNICSUL
universidade cruzeiro do sul

Projeto Boracea promove a reconstrução da cidadania

Iniciativa está possibilitando a inclusão social e o resgate da cidadania dos moradores de rua

Um dos retratos mais embrutecidos da sociedade, os moradores de rua são também o atestado do quanto o Estado está longe da população em seus mais variados aspectos. Eles não são apenas sem teto, são também os sem cidadania, sem saúde, sem emprego e muitas vezes sem esperança. Essa parcela esquecida de brasileiros começou a ser lembrada na cidade de São Paulo por uma iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, da gestão anterior, que começou a desenvolver um programa para resgatar a dignidade de quem hoje sobrevive excluído do atendimento social. O projeto Oficina Boracea, uma das ações do programa Acolher - Reconstruindo Vidas, surgiu da necessidade do poder público em contribuir efetivamente na recuperação da auto-estima e na reinserção social das pessoas em situação de rua.

Contando com as limitações de recursos pelas quais vivem as administrações municipais, encontrou-se uma alternativa para cristalizar a ideia: a gestão compartilhada. Por meio desse sistema, envolvendo organizações não-governamentais e empresas, conseguiu-se montar uma infra-estrutura num espaço de 17 mil metros quadrados que oferecesse a essa população diversos serviços, como oficinas profissionalizantes, restaurante, abrigos para idosos, albergues, oficinas temáticas (esportes, música, artes, cultura e idiomas), lavanderia e atendimento médico e odontológico.

Um exemplo do diferencial do projeto, que se vale de equipes multidisciplinares, incluindo psicólogos, é o atendimento prestado aos catadores de material reciclável. Ali, eles têm a possibilidade de trabalhar em forma de cooperativa dentro do Núcleo de Separação de Material Reciclável, dando-lhes um ganho maior e mais justo. Os catadores dispõem de um abrigo para 100 pessoas e contam até com um estacionamento para carroças e com um canil com 30 vagas para alojar os animais que geralmente os acompanham. O projeto Boracea estimula o convívio social e procura reconstituir os vínculos não só do indivíduo como também de seus grupos familiares. Além disso, por meio da qualificação profissional, abre oportunidades para a recolocação no mercado de trabalho.

Eliana Victoriano, assistente social e coordenadora do projeto, explica que a abordagem e as ações dos trabalhadores sociais são realizadas de forma a respeitar a individualidade de cada um. "Cada pessoa apresenta uma história de vida diferente, tem diferentes aspirações, necessidades e aptidões. O projeto pretende oferecer diversos caminhos para que ele próprio possa decidir por qual escolher", esclarece. O Boracea tem o propósito de promover a dignidade dos moradores de rua, devolvendo-lhes a cidadania tirada pela condição de extrema pobreza. O resgate acontece integrando-os às atividades tradicionais do projeto, como o acesso a computadores e à internet, através do cultivo de plantas em uma horta e até na prática religiosa em uma pequena capela restaurada.

"Os usuários podem permanecer de seis meses a um ano no Boracea. Nesse período, todo trabalho realizado com eles será centrado no reencaminhamento deles à vida social com uma qualificação profissional, com documentação atualizada e, principalmente, com auto-estima suficiente para que o indivíduo acredite na sua capacidade e na possibilidade de levar uma vida mais feliz", comenta Eliana.

O Boracea está aberto 24 horas por dia para receber os usuários. Basta procurar por uma equipe de atendimento. O espaço fica no centro de São Paulo, onde há concentração de lojas comerciais que atraem os moradores de rua. "Eles passam pelo local, onde o programa está instalado, e muitas vezes recebem indicação de algum usuário", conta Eliana. Foi o que aconteceu com Alessandro Rodrigues Pinheiro, de 27 anos. Há quatro meses no Boracea, ele revela que ficou sabendo da existência do local por meio de companheiros. "Fiquei um tempo na rua e, quando soube do projeto, procurei me informar. Tinha vontade de começar a trabalhar com os carroceiros, mas não sabia como. Aqui, recebi orientação e estrutura para começar. Quero permanecer o tempo suficiente para poder me estruturar e talvez encontrar um trabalho que me traga condições financeiras e satisfação", anima-se.

Arrumar um emprego fixo é uma das principais vontades de quem é atendido. Para eles, a contratação garantiria segurança e a possibilidade de conseguir uma residência fixa. "O projeto me deu força para me reerguer, pois com esse apoio, além da moradia, eu também tive ajuda para elaborar um cur-



Gilberto Tomé

Para quem quiser conhecer melhor os trabalhos desenvolvidos, existe um programa de visita monitorada. Mais informações podem ser obtidas pelo site da prefeitura (http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/projeto_boracea) ou por meio dos telefones (11) 3392-6571; 3392-6739 ou 0800-7713013.

rículo mais profissional e aumentar minhas chances de arrumar um bom emprego", conta Jason Mendonça Prado, usuário há um ano. "Arrumando um emprego, terei a possibilidade de conseguir um local para estabelecer uma residência", espera ele. Jason também participa de algumas das oficinas oferecidas no Boracea, como a de internet básico. "Para quem, como eu, esteve no fundo do poço, esse projeto representa a esperança de vencer na vida", admite.

Mas os usuários reconhecem o valor da convivência com outras pessoas. Alessandro comenta que sua percepção sobre o mundo e sua tolerância aumentaram muito depois da experiência no Boracea. "Qualquer pessoa pode nos ensinar alguma coisa, desde as mais informadas até as mais simples. Aprendi muito, convivendo com pessoas diferentes de mim". ●

Alguns números do projeto:

- Acolhidas/albergagem de 300 pessoas;
- Acolhida às famílias em células individualizadas;
- Acolhida para 50 idosos;
- Centro de serviço para 300 pessoas, para higienização e fortalecendo o convívio;
- Restaurante-escola para atendimento de 2.000 refeições/dia;
- Atendimento de 250 pessoas no Programa Saúde da Família;
- Atendimento a 300 pessoas em oficinas de qualificação profissional;
- Atendimento de cerca de 1200 pessoas para recepção/orientação e encaminhamento;
- Centro de cultura e lazer para 400 pessoas/mês (100 pessoas/dia);
- Centro de Estudos e Pesquisa para atendimento de 200 pessoas/mês (50 pessoas/dia);
- Estacionamento para carroças e abrigo para 100 catadores, 24 horas por dia;
- Núcleo de Separação de Material Reciclável;
- Loja Social; Centro de Convivência da Comunidade;
- Agência Bancária da Caixa Econômica Federal;
- Lavanderia Escola;
- Telecentro;
- Canil para 30 cães.

Os objetivos principais do Boracea são:

- Resgate da condição de sujeitos sociais, direito da pessoa em situação de rua;
- Acolhida em condições dignas, mas sem adotar caráter de estada permanente;
- Constituir ação metodológica e referências para os demais serviços de atenção às pessoas em situação de rua;
- Acolher catadores e proporcionar oportunidades de sua organização como trabalhadores da reciclagem;
- Manter serviços na formação de escola-cooperativa de trabalho para a população em situação de rua;
- Produção de serviços auxiliares para a rede de albergues e abrigos;
- Integrar a sociedade e os moradores do bairro na construção do direito e da justiça, a todos, sem discriminação.

Banco Social de Serviços em Psicologia **leva bons ventos ao interior e à Baixada Santista**

Projetos motivam profissionais a atuar em políticas públicas de inclusão. Três cidades já firmaram parcerias

O Banco Social de Serviços em Psicologia que se consolidou na cidade de São Paulo com projetos como “De volta pra casa” e “Apoio psicológico ao trabalhador em situação de desemprego”, começa a ser implementado também no interior e no litoral do estado, ampliando sua repercussão entre os psicólogos e a população. Já se tem notícia de parcerias nas regiões das subseções do Grande ABC, Ribeirão Preto da Baixada Santista e Vale do Ribeira.

O programa Banco Social de Serviços é uma estratégia do Sistema Conselhos de Psicologia para jogar luz no campo das políticas públicas. Estende sua ação em regiões onde também se verificam carências no atendimento psicológico. O interior e o litoral, assim como os grandes centros, necessitam de apoio profissional em situações críticas que envolvam o desemprego, a internação em manicômios e a reinserção social de egressos do sistema penitenciário. Os psicólogos dessas regiões querem contribuir para resgatar a cidadania da parcela mais frágil da sociedade, trabalhar a subjetividade dos indivíduos no âmbito das políticas públicas e seu equilíbrio emocional, base para que possam enfrentar os desafios de uma realidade excludente e desigual.

No dia 11 de agosto de 2004, a Subseção Baixada Santista e Vale do Ribeira e o Banco Social de Serviços em Psicologia começaram a desenvolver dois projetos: “Apoio psicológico ao trabalhador em situação de desemprego” e “Medidas sócio-educativas”. Estava prevista para fins de janeiro a assinatura de parceria com a Prefeitura Municipal de Santos, através da Secretaria de Ação Comunitária. Brevemente, será firmada parceria para o projeto “Atuação dos psicólogos nos processos educacionais” com a Secretaria de Educação do Guarujá.

Zuleika Fátima Vitoriano Olivan, coordenadora da subseção Baixada Santista e Vale do Ribeira, diz que os protagonistas do Banco Social estão motivados a trabalhar nesses projetos e que os profissionais do Centro de Referência Social - CRS - Seção de Atenção a Medidas Sócio Educativas em meio Aberto - e o Centro de Referência do Trabalhador - CRT-, ambos da prefeitura, estão receptivos e dispostos a colaborar. “Há uma concordância de que o trabalho é de relevância para a promoção de uma nova escuta a esta demanda social”, acredita Zuleika.

O Banco já formou uma equipe integrada por 11 psicólogos, futuros protagonistas: três irão atuar no projeto voltado à questão do trabalhador em situação de desemprego e outros oito no projeto de medidas sócio-educativas. “Queremos responder a essa demanda social, construindo uma rede de serviços articulada com os serviços públicos, norteada pelas teorias psíquicas que sustentam a prática psicológica”, planeja.

Assim como a Baixada Santista, a região

do Grande ABC elegeu o projeto “Apoio psicológico ao trabalhador em situação de desemprego” como prioritário. Através de teleconferências realizadas pela subseção, deu-se o sinal verde para o Banco Social entrar em ação. Em pouco tempo, 120 psicólogos se cadastraram no site do CRP-SP. “Em razão da transformação econômica, a atividade, antes centrada no setor industrial, agora se volta à prestação de serviços, onde há um contingente muito grande de desempregados”, observa Sueli Ferreira Schiavo, coordenadora da subseção do ABC.

O Grande ABC, segundo ela, enfrenta uma realidade social muito intensa e delicada em virtude de uma transição sócio-econômica de clássico pólo industrial para centro moderno do terceiro setor, modificando o perfil da mão-de-obra da região. “Essa fase de adaptação da população exige atenção e acompanhamento social. A Psicologia deve contribuir no que se refere ao fortalecimento do indivíduo frente aos seus desafios e transformações”, sugere ela.

A parceria com a CUT, que atua na busca de oportunidades de trabalho, foi outra razão que facilitou a atuação do Banco Social em Santo André e Diadema, uma das primeiras a implementar projetos, graças à parceria firmada desde o início com a central sindical. Sueli Ferreira Schiavo adianta que a subseção avalia a viabilidade do acompanhamento dos usuários do projeto “De volta para casa”, uma vez que as cidades da região têm também se adaptado à reforma psiquiátrica.

Em Ribeirão Preto, o lançamento do Banco aconteceu, em setembro. Sigrid Rita de Cássia Ancheschi França, subcoordenadora da subseção, conta que, embora muitas áreas sociais sejam relevantes, a questão do adolescente em conflito com a lei foi escolhida pois era a mais premente. “As constantes fugas, rebeliões e denúncias de tortura na Febem e um provável grupo de extermínio, que tem feito muitas vítimas adolescentes, exigiam urgência do papel do psicólogo”, justifica.

A parceria firmada foi com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Secretaria Municipal de Cidadania, além da Fundet (Fundação de Educação para o Trabalho). Houve reuniões de capacitação e as intervenções deram início, em novembro. Visitas às entidades, reconhecimento de demandas e planejamento constituíram essa etapa. Em toda região de Ribeirão, 82 psicólogos se cadastraram e no momento duas psicólogas estão atuando efetivamente no programa “Bem-tervi”, de liberdade assistida. Elas estão motivadas a contribuir com essa população e seus familiares através da Psicologia.

Embrião - Para o Banco Social, o trabalho de psicólogos capacitados e de assistência especializada é oportuno e pertinente no interior, mesmo que embrionário. O projeto é uma oportunidade de identificar demandas e carências dos cidadãos, de contribuir efeti-

vamente na melhoria da qualidade de vida da população mal assistida pelo Estado. O diálogo, na busca de justiça social e cumprimento dos direitos previstos por lei, com o poder público, busca políticas sociais adequadas e a ampliação do debate democrático.

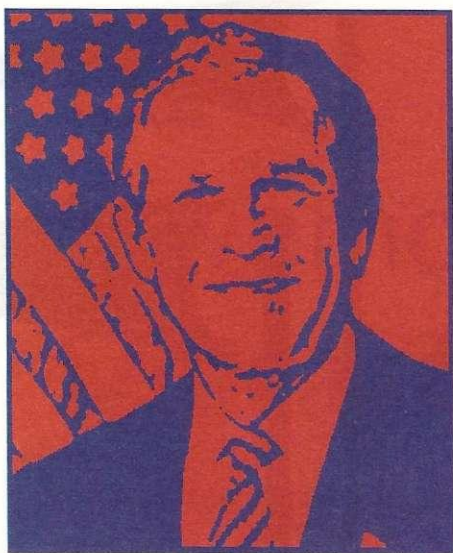
É o que acontece em Assis. A coordenadora da subseção, Valéria Castro Alves C. Penachini, enfatizou a importância do diálogo com a categoria. Para ela, é necessário que o psicólogo assuma um posicionamento frente às propostas e à atuação do Banco Social e do papel social do psicólogo e de suas implicações. Para esse debate, a subseção organizou, em agosto, três encontros sobre “Psicologia e comunidade: protagonistas da transformação” nas cidades de Assis, Marília e Presidente Prudente. Segundo ela, os eventos geraram muito interesse entre os psicólogos.

Em São José do Rio Preto, apesar da ausência de parcerias consolidadas e projetos já implementados, foram oferecidos ao poder público os projetos “Apoio psicológico ao trabalhador em situação de desemprego” e “Medidas sócio-educativas”, relata a coordenadora Maria José Medina da Rocha Berto. Da mesma maneira, em Bauru e região, a implementação do Banco Social ainda não se efetivou. “Apesar de intensos contatos e constantes reuniões com representantes do poder público na área do trabalho, da saúde mental e da assistência social, para apresentação dos projetos e busca de parcerias, até o momento não foi possível a operacionalização do Banco Social”. Mas Maria Orlene Daré, subcoordenadora, e Sandra Elena Sposito, coordenadora do Conselho da subseção, acreditam que o caminho começou a ser traçado.

Elo - “Hoje, o Banco é uma realidade, pois os psicólogos se mostram receptivos e a implementação está sendo bem aceita. A iniciativa possibilita aos interessados participar de uma experiência nova e desafiadora”, aposta Zuleika Olivan.

Sueli Ferreira Schiavo também é da opinião de que “o Banco Social de Serviços de Psicologia é um dos caminhos para estimular a adoção de medidas que incluam a Psicologia na agenda da sociedade e nos projetos do poder público”. Para ela, embora no início ter havido resistências da categoria em razão de sua natureza de voluntariado, o Banco Social foi compreendido como uma espécie de posto avançado da nova era da Psicologia, que se propõe a colaborar com a cidadania e com o social, ampliando sua inserção em novas áreas de atuação.

“O Banco Social estabeleceu um importante elo de ligação entre o psicólogo e os órgãos públicos”, continua. “Há interesse dos psicólogos em aprofundar a questão de seu papel social e de sua participação em políticas governamentais por meio de debates do tema, da procura pela familiarização com os projetos e do volume de inscrições que se verificam no Banco Social”, anima-se Sueli. ●



Nuestra América Latina

Reeleição de Bush foi boa para o Brasil?

Segundo especialistas, boa não foi, mas há divergências se mais um mandato republicano representa danos ao país

Se os povos de todas as nações pudessem votar, George W. Bush teria sido derrotado nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. A considerar a teoria do caos como verdadeira, se o bater de asas de uma borboleta no Brasil desencadeia um tornado no Texas*, é de se imaginar a reação desencadeada por uma decisão político-econômico-militar do governo dos EUA no planeta. Mas quiseram os norte-americanos de Ohio a decisão final de reconduzi-lo por mais quatro anos ao posto mais poderoso do planeta.

Mas será que o resultado de uma das eleições mais acompanhadas da história foi bom para o Brasil? A grande imprensa nacional trouxe informações de que parcela do governo brasileiro torcia pela reeleição. John Kerry na presidência significaria mais sanções econômicas aos nossos produtos e atraso nas negociações sobre a Alca - Área de Livre Comércio das Américas. O professor de filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, Emir Sader, atribui esse pensamento ao eixo econômico do Palácio do Planalto. Para ele, não foi bom para a humanidade referendar um mandato de violência e truculência.

Do ponto de vista interno, mais quatro anos de um governo republicano significariam nova ofensiva pesada em relação à Alca em prejuízo aos países do continente americano. Ele acredita que os Estados Unidos vão preparar o caminho dessa aliança comercial firmando acordos bilaterais com os países da América Central e com os países do Mercosul como a Argentina, Chile e até como governo do esquerdista Tabaré Vázquez do Uruguai, recentemente eleito.

Em relação ao Brasil, Sader antecipa várias formas de pressão para que o país ceda às propostas norte-americanas. "Eles têm poder de influência sobre o mercado internacional, o comércio e os bancos mundiais", deduz. Até porque, segundo o professor da URJ, o futuro do Mercosul não é muito animador.

Sader identifica nos governos de Fidel Castro, em Cuba, e de Hugo Chávez, na Venezuela, os únicos governos de resistência à ofensiva liberal de Bush. O filósofo acredita que o Itamaraty, que defende uma posição de independência e de defesa dos interesses internos, não tem músculos na queda de braço com a equipe econômica, deixando o Brasil mais à vontade às "seduções" dos EUA.

Emir Sader diz que ministros da ala econômica como o da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, pensam só na exportação para o mercado norte-americano. Para

Emi Sader, os dólares desse comércio, em razão do liberalismo da política econômica brasileira, ficam com os exportadores e não resultam em melhorias para o cidadão. O que provaria que o governo brasileiro estaria se orientando pela bússola do Banco Central, e que o investimento no social estaria subordinado às metas do equilíbrio monetário. "A prioridade continua sendo financeira e não social", lamenta-se.

Boris Fausto, presidente do Conselho Acadêmico do Grupo de Conjuntura Internacional da USP, e autor do livro "História do Brasil", também entende que a reeleição de Bush foi ruim para o mundo. "E o Brasil está inserido no mundo", contextualiza. Mas pela ótica econômica, o historiador é da opinião de que os fortes interesses regionais nos EUA, como os dos produtores de laranja da Flórida, determinariam a política protecionista tanto de democratas como de republicanos. Segundo ele, o resultado das eleições norte-americanas não foi e não será determinante para a política externa do Brasil.

Quando se trata de Alca, Boris Fausto acredita que há fortes resistências para o ingresso do Brasil nessa aliança. "Não sei se o governo brasileiro suportaria o desgaste interno com entrada na Alca", questiona. A ala ortodoxa do PT não vê com bons olhos um acordo que não traria vantagens substanciais para o país", pondera.

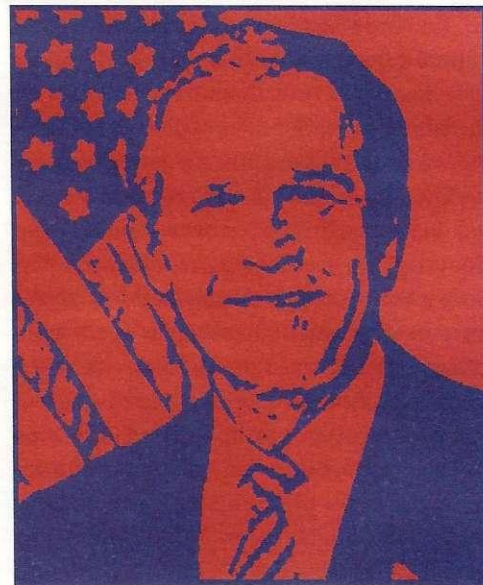
Argumentos não faltam. Estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado ao Ministério do Planejamento, a respeito do impacto sobre exportações e importações no comércio com os EUA em caso da implementação do bloco, mostra que a Alca favorecerá mais os produtos norte-americanos que os brasileiros. Ou seja, as exportações subiriam US\$ 1,2 bilhão, mas as importações aumentariam US\$ 2,2 bilhões. As perdas para o Brasil, de acordo com especialistas, são causadas, em parte, porque são poucos os produtos brasileiros realmente competitivos no comércio internacional.

Mas quando se fala de Mercosul, as perspectivas também não são animadoras. Mas por outros motivos. Os presidentes do bloco do Mercosul reuniram-se em dezembro para buscar novo rumo. Foi anunciado o primeiro passo para funcionar uma das regras básicas desse tipo de integração: o fim da dupla cobrança para produtos de terceiros países. A adoção do sistema, que deve culminar com o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum foi simbólica. Mas depois de 10 anos da criação da união aduaneira formada por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, boa parte dos instrumentos de integração está

incompleta, sem falar das ameaças da Argentina de adotar, de forma unilateral, um mecanismo de proteção que fere princípios de integração. Boris Fausto resume esses impasses à natureza retórica de seus interlocutores.

Brasil é ignorado - O professor de Ciência Política da USP é da opinião de que a política externa de Bush não prioriza a América Latina, incluindo o Brasil. A preocupação com a região refere-se à Cuba comunista e à Colômbia, neste caso por causa da guerrilha e do tráfico de drogas. Para ele, por mais que o governo brasileiro tente aparecer como nova liderança, enviando uma força de paz ao Haiti, país mais miserável das Américas, os olhos de George W. Bush e de seus "falcões" republicanos não se fixam no Brasil.

Boris Fausto vê nas tentativas do Itamaraty de incentivar as relações com a África do Sul, China, Rússia e Índia uma tendência positiva, embora as relações com os Estados Unidos e a União Europeia continuem a ser essenciais. "Nesse esforço no rumo de outros grandes países da periferia, quanto mais iniciativas práticas e menos estridência, melhor", recomenda ele. ●



"A prioridade (da equipe econômica) continua sendo financeira e não social"

Emir Sader

*Artigo do cientista Eduard Norton Lorenz, publicado em 1972, teoriza que "insignificantes fatores podem amplificar-se temporalmente de forma a mudar radicalmente um estado. Assim, a previsão do tempo, a longo prazo, continua a ser algo inalcançável, pelo fato de que nossas observações são deficientes e os arredondamentos que utilizamos, inevitáveis."

Em abril, São Paulo vai sediar o I Congresso Latino-americano da Psicologia – ULAPSI



O I Congresso Latino-americano da Psicologia tem um caráter ambicioso de integrar e fortalecer as relações entre os países vizinhos que constituem a América Latina; buscar a identificação de pontos convergentes de universos semelhantes mas ainda sem diálogo. A proximidade geográfica ainda não garantiu a união de forças em torno de questões comuns. O I Congresso Latino-Americano da Psicologia, promovido pela ULAPSI (União Latino-americana de Entidades de Psicologia) e realizado pelo FENPB (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira), tem essa tarefa.

O evento acontecerá do dia 20 a 23 de abril de 2005 no Memorial da América Latina e UNINOVE. Pelo menos, 29 entidades da Psicologia latino-americanas estão associadas à ULAPSI e 17, ao FENPB. É esperada a participação de psicólogos, professores, pesquisadores da área e estudantes dos seguintes países: Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Uruguai, México, Peru, Colômbia, Cuba, Venezuela, Nicarágua e Bolívia.

O Congresso celebrará a crescente integração da América Latina e a busca da construção de uma Psicologia que responda às demandas dos países do Terceiro Mundo e que colabore para sua transformação; acabar com o isolamento, efetivar uma produção intelectual e atuação profissional “aclimatada”, adequada à congregação da América Latina. Esse é o caminho para garantir o fortalecimento da Psicologia e a organização da categoria, assim como a construção de referências teóricas e práticas que não sejam alheias à realidade latino-americana.

As propostas de trabalhos inscritas, que passarão por análise de uma comissão, nortearão os debates por meio de mesas redondas, comunicação de pesquisa e comunicação de práticas profissionais.

Os detalhes de como se inscrever para o congresso, de como inscrever seus trabalhos sobre o formato de mesas-redondas ou comunicações de práticas profissionais e/ou pesquisas estão no site www.ulapsi.org/congresso ou www.crp.org.br.

Prazos para inscrição de trabalhos:

Inscrição de trabalhos até 30/01/05 (resposta de aprovação até 15/02/2005).

Programação

acesse www.ulapsi.org/congresso.

Atividades previstas para o congresso:

- Diálogos Latino-Americanos;
- Mesas Redondas;
- Comunicação de Pesquisa-Painel;
- Apresentação de Vídeo;
- Comunicação de Práticas Profissionais-Painel;
- Conhecendo a América Latina;
- Intercâmbio dos Programas de Pós Graduações;
- Intercâmbio de Editores de Revistas Científicas
- Reuniões de entidades de psicologia e
- Outras formas de intercâmbio (publicações científicas).

Local

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA (av. Auro Soares de Moura Andrade, 664) e no campus Memorial da UNINOVE (av. Dr. Adolfo Pinto, 57).

Horário

das 9h00 às 20h00

Inscrições

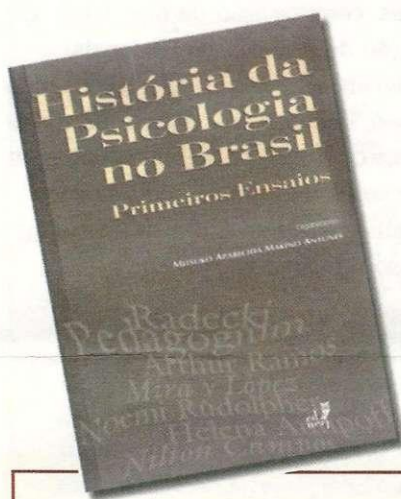
Categoria	Até 25/02/2005	De 26/02/2005 a 15/04/2005	No local
Profissional	R\$ 120,00 (US\$ 40,00)	R\$ 180,00 (US\$ 60,00)	R\$ 200,00
Estudante de pós-graduação	R\$ 80,00 (US\$ 30,00)	R\$ 120,00 (US\$ 40,00)	R\$ 130,00
Estudante de graduação	R\$ 60,00 (US\$ 20,00)	R\$ 80,00 (US\$ 30,00)	R\$ 100,00

Programe sua viagem

Visando o seu conforto, serão oferecidos pacotes econômicos com passagens e hospedagem para você participar do I Congresso Latino-Americano da Psicologia – ULAPSI. Informações sobre descontos para montar a sua viagem, fazer sua reserva e facilidades para sua entrada no Brasil e várias dicas de roteiros, acesse www.itamaraca.com/ulapsi ou no site do congresso. Telefone (55 11) 3061-9494, ramal 101 / 0800-7706605 (somente para o Brasil). E-mail: congresso@ulapsi.org

História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios

Oito artigos sobre a história da Psicologia no Brasil, escritos por eminentes pesquisadores, professores e psicólogos brasileiros, em diferentes épocas, e uma introdução que prepara o leitor, contextualizando os autores, para a viagem que vai realizar. É este o presente que a Editora da UERJ e o CFP nos trazem, pelas mãos da organizadora da obra, profa. dra. Mitsuko Aparecida Makino Antunes. O volume constitui-se em referência imprescindível ao estudo da evolução das idéias psicológicas e consolidação da Psicologia no país, por apresentar textos de grandes protagonistas da Psicologia brasileira, e ao final de cada um deles, vasta lista de referências bibliográficas que apresentam-se como fontes para novas pesquisas. Trata-se de um livro que se desdobra em vários, assim como a própria Psicologia relatada nele:



História da Psicologia no Brasil - Primeiros Ensaios

Mitsuko Aparecida Makino Antunes, org.
Rio de Janeiro: UERJ, 2004, 227 p.

processo e produto multifacetado em suas origens, abordagens e aplicações, porque como dizia o poeta, *"tem a marca de homem, marca de humana oficina"*.

No primeiro capítulo, temos "A Psicologia Experimental no Brasil" (1944), escrito por Plínio Olinto, que traz a história da Psicologia brasileira desde o início do século XX até quase o ano da publicação do texto, desenhando um panorama que se repetirá ao longo do livro: o da decisiva relação entre Medicina, Educação e Psicologia para o estabelecimento desta última entre nós. Olinto, ao prever o futuro da Psicologia em nosso país, afirma que *"é necessário acomodar a Psicologia brasileira dentro de algumas estantes e encomendar, desde logo, outras estantes"* (p. 30).

A profecia de Plínio Olinto se confirma nos artigos que se seguem. Annita de Castilho e Marcondes Cabral nos oferece "A Psicologia no Brasil" (1950), esclarecendo que o texto é tradução do capítulo "Psychology in Brazil", escrito por ela a convite do prof. George Kisker, da Universidade de Cincinnati, para o livro *World Psychology*. Traz interessantes esclarecimentos acerca do país e apresenta a história da Psicologia brasileira desde o período em que os jesuítas tinham o monopólio da educação até a década de

1950, num exercício de compreensão contextualizada sobre as idéias psicológicas e a Psicologia científica no Brasil. A autora confirma a vinculação inicial entre Psicologia, Medicina e Educação e sugere a necessidade de investimento em estudos de Psicologia Social. A Psicologia Industrial é também apresentada por Cabral, informando as iniciativas do SENAI no campo da seleção profissional em São Paulo, e do ISOP do Rio de Janeiro, que finaliza apontando a necessidade de construção de currículos universitários flexíveis e adaptados para as disciplinas psicológicas e citando a fundação, em 1945, da Sociedade de Psicologia de São Paulo como o prenúncio da organização nacional dos "psicologistas" na busca pelo reconhecimento da Psicologia como ciência e profissão autônoma no Brasil.

Lourenço Filho comparece com "A Psicologia no Brasil" (1955) e "A Psicologia nos últimos 25 anos" (1969). Os artigos são preciosos documentos para os psicólogos brasileiros, sendo que o primeiro *"fornece extensa contribuição histórica de inúmeros pensadores e/ou pesquisadores nacionais e estrangeiros"* e *"conclui com a evolução do ensino, órgãos de pesquisa, publicações e associações"* (p. 17). Lourenço Filho afirma, já em 1955, que *"não mais se mantêm os estudos na estrita dependência do resultado das pesquisas de outros países"* (p. 103).

O segundo documento *"apresenta uma visão do período, seguido de um relatório conciso dos principais fatos psicológicos desde 1945"* e *"termina com a famosa Lei nº 4.119, de 1962, que cria a profissão de psicólogo e apresenta as matérias obrigatórias para bacharelado e licenciatura"* (p. 17). O autor enfatiza a estreita relação entre a evolução da Psicologia brasileira e os problemas da realidade nacional, e afirma que o crescimento da importância desta relação motivou o reconhecimento legal da profissão e a organização e abertura de cursos para formação destes profissionais.

Samuel Pfromm Netto é o autor de "A Psicologia no Brasil" (1981). Interessantes são os comentários sobre as obras medievais portuguesas de conteúdo psicológico e o estudo sobre a produção escolástica do período colonial no Brasil e sobre a Psicologia em obras filosóficas do séc. XIX. Os comentários sobre a Psicologia como ciência autônoma, que representa mais da metade do texto, incluem fotografias do Laboratório da Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, de Noemi S. Rudolfer e Helena Antipoff, Roberto Mange e Emílio Mira y Lopez, e quadros sobre as teses de interesse psicológico apresentadas às Faculdades de Medicina e principais áreas de pesquisa em Psicologia (1975-1980). O autor propõe, em 1981, questão que nos parece bastante atual: *"não tem ocorrido um crescimento na pesquisa equivalente à extraordinária expansão dos cursos de Psicologia nos últimos trinta anos"* (p. 168).

"Radecki e a Psicologia no Brasil", texto de Rogério Centofanti (1982), *"estuda a longa permanência do psicólogo polonês no país - de 1923 até 1931 ou 1932"* e *"se inicia com uma breve introdução sobre a Psicologia no*

Brasil antes de sua chegada" (p. 21). Radecki *"foi convidado para dirigir o Laboratório de Psicologia na Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro"* (p. 21), onde desenvolveu sérias e numerosas pesquisas de Psicologia; em 1932, transformou o laboratório em Instituto de Psicologia que meses depois foi fechado, deixando Radecki o país para trabalhar ao mesmo tempo no Uruguai e Argentina. É importante notar que o psicólogo polonês foi o autor de uma concepção teórica da Psicologia, nomeada por ele de "discriminacionismo afetivo" e concluída entre 1928 e 1929 *"durante um curso de Psicologia ministrado na Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército"* (p. 187).

À Isaias Pessotti a obra também dedica dois capítulos: "Dados para uma história da Psicologia no Brasil" (1975) e "A Psicologia no Brasil" (1988). No primeiro texto, Pessotti desenha o percurso da Psicologia no país de 1836 até 1969, destacando-se as descrições sobre o serviço de assistência a psicopatas em São Paulo e no Laboratório de Psicologia do Hospital de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. A colaboração dos educadores e engenheiros é notada pelo autor, que conclui afirmando que *"os velhos pioneiros se alegrariam com a criação dos cursos de pós-graduação, a difusão de cursos de Psicologia, a decidida profissionalização do psicólogo na indústria, na clínica e na escola. (...) Os caminhos da Psicologia brasileira se multiplicaram e não é possível segui-los todos"* (p. 136). O segundo texto compôs um livro organizado pelo Conselho Federal de Psicologia com o objetivo de examinar criticamente a atuação dos psicólogos brasileiros, o que, segundo Pessotti, indica amadurecimento: *"a Psicologia está pronta para analisar-se e, dessa forma, encontra-se madura para retratar seu atual estágio e pesquisar as raízes de seus aspectos atuais, o curso de sua evolução"* (p. 210). O autor apresenta uma divisão dos diversos períodos pelos quais passou a Psicologia brasileira, afirmando a idéia de que a Psicologia já é, irremediavelmente, uma ciência autônoma em nosso país, ao dizer que *"após 25 anos de Psicologia profissional, parece conveniente que a tarefa fascinante de escrever"* a história da Psicologia *"seja atribuída a profissionais da área. A missão dos bacharéis em Filosofia, a meu ver, já foi cumprida"* (p. 226).

Em tempos de Ato Médico e de tantas outras ameaças à independência e autonomia de profissões, países e liberdades várias, *"História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios"* nos parece leitura importante e esclarecedora sobre os caminhos de uma ciência que já demonstrou, claramente, sua importância e papel únicos para a transformação da realidade de nosso país.

Profa. dra. Carla Mirella Mastrobuono

Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP), doutora em Educação: Psicologia da Educação (PUC-SP), pesquisadora nas áreas de Psicologia Escolar, Social e História da Psicologia, professora universitária e coordenadora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão das Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos.

Estante

O bebê, o corpo e a linguagem

Organização de Regina Orth de Aragão. Se hoje sabemos que as palavras ditas em torno do berço são determinantes para o devir da criança, sabemos também o quanto são determinantes, pelo que revelam e antecipam, para os próprios adultos que as proferem. É forçoso reconhecer o poder do bebê de suscitar em torno de si intensos movimentos de ligação, de investimento e interesse. No entanto, para os clínicos e profissionais que trabalham com ele, é necessário constatar que o movimento oposto muitas vezes se faz presente, como se o bebê também tivesse o poder paradoxal de suscitar fortes impulsos de ruptura e desligamento. Para a psicanálise, estaria aí revelada uma manifestação destrutiva da pulsão de morte, inerente ao humano. Ao reconhecer essa particularidade da relação com o bebê, estaremos sem dúvida avançando em nosso propósito de nos debruçarmos em torno dele num movimento criativo e vital. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 260 páginas, R\$ 31,00.

Psicopedagogia: um modelo fenomenológico

Roseli Bacili Laurenti. Estamos sempre prontos a atribuir as dificuldades de aprendizagem a uma incapacidade de aprender e a deixar a questão por isso mesmo. Este livro, utilizando-se da fenomenologia, faz um estudo sobre jovens que adotam atitudes negativas quanto ao processo de aprendizagem buscando compreender os caminhos percorridos por eles. Por meio das narrativas feitas pelos jovens percebemos as lutas travadas com seus familiares, professores, amigos e seus conflitos de aprendizagem, mas, por outro lado, os percebemos como jovens interessados, que observam, que obtêm êxitos, e não como jovens incapazes. É um livro baseado na prática psicopedagógica em uma instituição pública que a transcende, proporcionando aos psicopedagogos, professores, pais, psicanalistas e psicólogos uma contribuição profunda para a compreensão do porquê de um jovem se opor à aprendizagem e da real importância de envolvê-los para enfrentar e assumir os riscos desenvolvendo e ampliando suas possibilidades de compreender a si mesmo e o mundo. Editora Vetor Editora, (11) 3283-5922, 200 páginas, R\$ 30,00.

O mosaico da violência – a perversão na vida cotidiana

Coordenação de dra. Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado. A violência em nossos dias tem chegado a números paroxísticos, permeando a vida cotidiana das mais variadas formas, algumas delas muito pouco abordadas. Com os trabalhos apresentados neste livro, temos a intenção de compartilhar nossas experiências, desenvolvidas em um hospital público ou a partir de pesquisas em centros acadêmicos e assim favorecer que certas realidades violentas e perversas sejam discutidas. Ao todo, são oito temas abordados: Quem são as companheiras de abusadores sexuais de crianças? O que pode significar

receber, com a confirmação da gravidez, a confirmação da contaminação por HIV? Como compreender comportamentos autoquíricos? Que relação pode haver entre a violência familiar e a orientação homossexual? Seria o suicídio uma morte anunciada? Que esses trabalhos possam incentivar nossos leitores a aprofundar tais indagações e a desdobrar outras tantas. Editora Vetor Editora, (11) 3283-5922, 431 páginas, R\$ 55,00.

Adoção

Gina Khafif Levinson. A coleção “Clínica Psicanalítica”, dirigida por Flávio Carvalho Ferraz, compõe-se de obras voltadas para a compreensão das mais diversas problemáticas psicopatológicas sob o prisma psicanalítico. Os textos tratam do tema proposto com rigor e concisão, integrando aos elementos teóricos freudianos as produções e preocupações da psicanálise contemporânea. Os autores são profissionais que têm se destacado na abordagem da questão sobre a qual foram convidados a escrever. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 140 páginas, R\$ 14,00.

Obesidade e trabalho – histórias de preconceito e reconhecimento vividas por trabalhadores obesos

Fabíola Mansur Polito Gaspar. Esta obra pretende promover uma reflexão mais profunda acerca da situação de trabalho das pessoas obesas, destinando-se principalmente a profissionais e estudantes das áreas de saúde, administração, comunicação e, também, a todos aqueles que desejam ver transformada a realidade hoje discriminatória. Obesidade e Trabalho... revela histórias vividas por trabalhadores obesos, enfatizando como sua saúde e qualidade de vida são afetadas por atitudes preconceituosas no ambiente de trabalho. Ressalta como a mídia contribui para o estigma social, ao incentivar o culto ao “corpo perfeito”. O livro mostra como as pessoas obesas buscam superar suas limitações físicas e psicológicas, a fim de conquistar reconhecimento e serem valorizadas em suas capacidades. Editora Vetor Editora, (11) 3283-5922, 136 páginas, R\$ 31,00.

Psicologia Jurídica – implicações conceituais e aplicações práticas

Maria Adelaide de Freitas Caires. O caminho de Maria Adelaide de Freitas Caires na Divisão de Neuro-cirurgia Funcional do IPq – HCFMUSP tem sido um

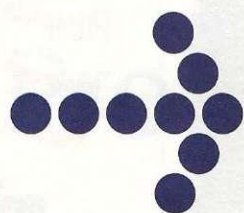
sem fim de surpresas e satisfações. Além de trocas extremamente ricas em torno de casos examinados, seu percurso foi se constituindo de forma natural na direção da Psicologia Jurídica, com a drenagem de casos sempre muito difíceis, vindos do Sistema Judiciário, exigindo integração de conhecimentos de múltiplas áreas. Nada melhor para que Maria Adelaide, movida por uma sadia curiosidade científica e grande sensibilidade no trato, se visse impelida a disciplinar sua metodologia e organizar os conhecimentos na tese de mestrado que ora se torna este livro. Editora Vetor Editora, (11) 3283-5922, 205 páginas, R\$ 30,00.

O processo criativo - transformação e ruptura

Claudio Castelo Filho. Como surgem as obras de arte, da literatura, da música? Como aparecem as teorias científicas? O que é o processo criativo? Ao mesmo tempo em que surgem gênios criativos e inovadores, eles são percebidos como ameaças ao *establishment* e despertam o medo da desordem. O autor propõe uma nova concepção para a função das artes e das ciências. Faz um profundo esclarecimento da evolução do pensamento psicanalítico e suas teorias (sobretudo com Freud, Klein, Bion e desenvolvimentos originais do autor), esclarecendo a relação entre a experiência emocional e a capacidade para criar e pensar. Editora Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 25 páginas, R\$ 32,00.

Psicologia e arte

Giuliana Bilbao. O livro coloca o leitor em contato com uma área emergente no campo da Psicologia: a arteterapia. No intuito de compreender melhor essa prática e sua validade num contexto em que tantas práticas surgem sem respaldo científico, algumas questões nortearam o trabalho: a arte tem valor terapêutico em si mesma? O que a filosofia tem a dizer sobre a arte? Como a Psicologia vem abordando o fenômeno artístico com o passar do tempo? O que o artista tem a dizer sobre a arte? Alguns trechos foram omitidos para que a leitura não se tornasse cansativa e extenuante para o leitor. Não existe aqui a pretensão de esgotar o tema sobre a arte e a Psicologia, mas sim abrir futuros questionamentos que levem a novas pesquisas para fundamentar, cientificamente, uma prática já consolidada em outros países. Editora Alínea, (19) 3232-9340 / 2319, 96 páginas, R\$ 20,00.



visite nosso site

www.crpssp.org.br

INFORME PUBLICITÁRIO

CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

Inscrições abertas para o
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP 06/07745-1) e Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP 5039/6.a)

Início: março de 2005 / **Duração:** 6 semestres

Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30,
4ª feira: das 18h às 21h ou
5ª feira: das 18h às 21h

Inscrições: 1º semestre: de outubro a março
2º semestre: de abril a junho

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou
www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br
Rua Alm. Pereira Guimarães, 378 - Pacaembu /SP

Psicoterapia Breve Operacionalizada
Pós-graduação Lato Sensu - UNIP
Coordenador Prof. Ryad Simon
Teoria e Prática Supervisionada

Início fev/2005 - duração 18 meses
Campi - S. Paulo, Sorocaba e Santos
Informações: UNIP S. Paulo (11) 3170-3808
UNIP Sorocaba (15) 3238-1000
www.unip.br e smartinez.cg@unip.br

CAS
CENTRO DE AVALIAÇÃO E SUPORTE

CECAS II
II Curso de Extensão do CAS
Diretora Científica Profª Drª Lilian Pinheiro Eça
Diretor Médico Dr. Antonio José Eça

Só através do Conhecimento da Saúde Integrada se
Aprimora um Bom Profissional!

O Dr. Antonio José Eça, Psiquiatra do CAS promove os
Cursos de Extensão com Bibliografia própria:

- PSICOPATOLOGIA FORENSE
- PSICOPATOLOGIA GERAL
- PSICOPATOLOGIA ESPECIAL

Faca já sua matrícula!!! www.cascursos.com.br
cas@cascursos.com.br fone 5533-8066

ΨCEPPS

Centro de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Saúde
CRP SP 2380/J CNPJ 04.751.637/0001-70

Cursos:
Introdutório, Formação e Especialização
Cursos de Férias em Psicologia Hospitalar
(teórico e prático)
Psicologia Hospitalar
Psicossomática
Psicooncologia

Informações:
11 4224-8050 (à tarde) - 11 5054-3053 (à noite)
Site: <http://alaidecantone.vila.bol.com.br>
E-mail: cepps@terra.com.br

Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica
Departamento de Psicologia Clínica
Instituto de Psicologia - USP
Orientador Acadêmico-Científico: Prof. Titular Ryad Simon

Objetivo do Curso: Formação de Especialistas em Psicoterapia Psicanalítica de elevado nível de qualificação e compatível com a realidade brasileira, destinado a psicólogos, médicos e profissionais da saúde n. superior.

Duração: 03 anos (carga horária 1.584 horas/aula). **Comparcimento:** um dia inteiro por semana. **Período de Inscrição e Entrevistas para Seleção:** 03 de novembro a 15 de dezembro de 2004. **Divulgação de Resultados:** 31/01/2005; **Período de Inscrição:** 01 a 09 de fevereiro de 2005.

10 Mensalidades: R\$475,00 (1º. ano); R\$570,00 (2º. e 3º. anos). **Matrículas:** R\$560,00 (1º. ano); R\$630,00 (2º. e 3º. anos). **Informações:** Dpto. Psicologia Clínica (11) 3091-4173 ou 3091-4911-Cidade Universitária: psicotps@usp.br

Acupuntura tradicional
para psicólogos e profissionais da área da saúde

Curso reconhecido pela sociedade brasileira de psicologia e acupuntura - SOBRAPA e pelo Conselho Federal de Enfermagem

Duração: 30 meses
Carga horária: 1200h
Início: Março de 2005
Local: São Paulo

Inscrições abertas - Informações: 0xx 11 6604 3367
e-mail: acupuntura@psicologiaeacupuntura.com.br
site: www.psicologiaeacupuntura.com.br

PSICOPATOLOGIA NAIPE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA A
5ª. TURMA DO CURSO DE
PSICOPATOLOGIA NAIPE/USP 2005-2006

Informações: www.psicopatologia.com.br

O Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina oferece os Cursos de Especialização em: Curso **Terapias Cognitivas para o Tratamento de Dependentes de Álcool e outras Drogas**. Público Alvo: Psicólogos Graduados em Curso Reconhecido pelo MEC ou Psiquiatras com Formação em Terapia. **Carga horária total** 600 horas - sendo 240 de aulas práticas e 360 de aulas teóricas. **Período do curso:** 07/03/2005 a 07/12/2006. **Inscrição:** 03/11/04 a 31/01/2005. **Seleção:** 14/02/2005 a 15/02/2005 (com horário agendado). **Matrícula:** 21/02/2005 a 25/02/2005. **Mensalidade:** R\$ 350,00 <http://www.unifesp.br/dpsicobio/extensao/index.htm>
Tel. para contato: (011) 5539-0155 ramal 162 com Vanessa Dutra

SEDES SAPIENTIAE

2005

Áreas de Psicologia Saúde e Educação

Informações e Inscrições
Rua Ministro Godoy, 1484
Perdizes/SP
Tel: 3866-2730/31/32/33/34
[Http://www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)
E-mail: sedes@sedes.org.br

DESTINADO A:
psicólogos,
médicos,
psiquiatras,
fisioterapeutas,
terapeutas ocupacionais,
assistentes sociais,
professores e
outros profissionais.

CURSOS NAS ÁREAS DE:
Adolescência, Arte do Movimento,
Arte Terapia, Atendimento Familiar,
Cinesiologia, Gerontologia, Gestalt
Terapia, Jung, Linguagem, Psicanálise,
Psicanálise da Criança, Psicomotricidade,
Psicodrama, Psicologia Jurídica,
Psicologia Social das Organizações,
Psico-Oncologia, Psicopatologia,
Psicopedagogia, Psicossomática,
Psicoterapia Breve, Psicoterapia
de Casal, Reich, Relação Pais-Bebê,
Teoria de Lacan, Winnicott e
Violência Doméstica.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS

- * Psicologia Jurídica (2 anos)
- * Psicologia Hospitalar (2 anos)
- * Psicologia Clínica: Psicoterapia Breve Adultos (2 anos)
- * Psicoterapia Psicomotricidade Winnicottiana (4 anos)

2 anos - 560 horas / 4 anos - 1200 horas

Um encontro semanal/presencial + atividades práticas
Semestralidade: matrícula R\$172,50 + 5 x R\$345,00
Turmas com início em fevereiro de 2005

IPPESP
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

Coordenação:
Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho

Proposta pedagógica do Instituto, conteúdo programático dos cursos, relação do corpo docente, horário das aulas e resoluções do CFP sobre Cursos de Especialização no site:

www.ippesp.com.br

CURSOS DE EXTENSÃO
EXPANSÃO CULTURAL PARA PROFISSIONAIS E ALUNOS DAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E AFINS

- * O Amadurecimento Humano em Winnicott
- * Desenvolvimento Emocional Primitivo Winnicottiano
- * Ser e Criar: A Clínica Winnicottiana da Maternidade
- * A Clínica Winnicottiana da Privação: A Escuta e o Olhar
- * Psicologia nas Organizações: Possibilidades e Limites
- * Psicoterapia Breve Psicomotricidade: Pais-Criança (para iniciados em Psicoterapia Breve)

4 meses - 64 horas - Um encontro semanal
4 Mensalidades de R\$138,00
Turmas com início em março de 2005

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Vila Mariana - Metrô Santa Cruz - PABX (11) 5594.1226

Banco Social realiza “Encontros sobre Políticas Públicas”

O Banco Social de Serviços em Psicologia e os Conselhos Federal e Regional de São Paulo de Psicologia, em parceria com a Unesco, a Unicef e o Ilanud (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente) promovem encontros para discutir e refletir as políticas públicas, os direitos humanos e a ética no Brasil e apresentar contribuições da Psicologia para essa reflexão. Na ocasião, haverá uma exposição dos projetos do Banco:

- Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego;
- Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto;
- Acompanhamento aos Usuários do Programa “De volta pra casa”;
- Ética e TV: Participação na Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”;
- Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário;
- Atuações dos Psicólogos nos Processos Educacionais.

Programação:

- 22|02 Abertura do evento com Ana Bock, presidente do CFP, Maria Otacília Battistelli, coordenadora nacional do Banco, e Âmbar de Barros, coordenadora da Unesco* em São Paulo. Para entender de Políticas Públicas: Objetivos, Procedimentos e Parâmetros - Âmbar de Barros, Ana Bock, Gastão W. Campos, ex-secretário executivo do ministério da Saúde, Jorge Kayano, pesquisador do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas, e Maria Tereza Augusti, presidente do Instituto Florestan Fernandes.
- 23|02 Políticas Públicas e Ética - Carlos Lessa, professor de Economia da UFRJ, Ricardo Henriques, secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Divesidade do MEC, Terezinha Rios, profa. dra. do Departamento de Teologia da PUC, e CRPo3.
- 24|02 Direitos Humanos e Políticas Públicas - Elizabeth Leitão, assessora especial da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Marcus Vinícius de Oliveira, vice-presidente do CFP, Renato Simões, deputado estadual (PT/SP), e CRPo1.
- 08|03 Políticas de Atenção ao Trabalhador sem Trabalho - Carlos Augusto Gonçalves, secretário executivo do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Egeu Esteves, psicólogo cooperado da Verso Cooperativa, Henrique Parra, cientista social, e CRPo4.
- 09|03 Política Pública em Saúde Mental - Ana Marta Lobosque, psiquiatra e professora da UFMG, Florianita Campos, coordenadora do programa “De volta pra casa” do Ministério da Saúde, Rosemeire da Silva, psicóloga e membro da Coordenação de Saúde Mental de Belo Horizonte, e CRPo2.
- 10|03 Para uma Política Pública de Comunicação Social - Orlando Fantazzini, deputado federal (PT/SP) e coordenador da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, Pedrinho Guareschi, prof. dr. em Psicologia Social e Comunicação da PUC/RS, Ricardo Moretzsohn, representante do CFP no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, e CRPo7.
- 29|03 Políticas Públicas e População do Sistema Penitenciário: Segregar ou Reinserir - Ana Sofia Schimit, procuradora do Estado de São Paulo, Clayton Nunes, diretor do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça, Kenarik Felipe, ex-presidente da Associação de Juízes pela Democracia, Fátima França, diretora do Núcleo de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, e CRP 12.
- 30|03 Políticas Públicas e Educação - Francisco das Chagas, secretário nacional de Educação Básica do MEC, Isa Guará, pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, Marilene Proença, profa. dra. de Psicologia Escolar da USP e conselheira do CRP o6, Sérgio Haddad, coordenador geral da Ação Educativa, e CRP o6.
- 31|03 Adolescentes em Conflito com a Lei: Vingança ou Reinserção Social - Denise Paiva, subsecretária da Secretaria Promocional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maria de Lourdes Teixeira, profa. dra. de Psicologia da PUC/SP, Mário Volpi, oficial de projetos da Unicef, e Cristiane Barreto, coordenadora do Programa Liberdade Assistida da Prefeitura de Belo Horizonte.

*A Unesco participará de todas as Mesas.

Local Auditório do CRP-SP

Rua Arruda Alvim, 89 – Jardim América. São Paulo/ SP

Horário 19:00h às 22:30h.

Vagas limitadas.

Inscrições no e-mail: eventos@bancosocialpsi.org.br

Telefone 0800-7727233



Ética e Democratização da Comunicação: O que o psicólogo tem a ver com isso?

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo organizou, em dezembro, no auditório do Conselho Regional de Química, o encontro “Ética e democratização da comunicação: o que o psicólogo tem a ver com isso?”. O evento contou com os debatedores José Arbex Junior e Sérgio Gomes, ambos jornalistas, Gustavo Gindre e Laurindo Leal, Guilherme Canela e Ana Cristina Garcia Olmos. Foi apresentado o documentário “Uma esperança chamada rádio”, de Jesse Silva em co-produção com a Oboré, rodado em Guaribas, Piauí, onde foi lançado o programa Fome Zero. Os assuntos abordados foram: “Por que democratizar a comunicação”, “As mídias no Brasil: situação atual e perspectiva de transformação”, que enfatizou o caráter público das concessões e dos serviços prestados de interesse geral da sociedade; e “Psicologia e comunicação: uma relação inevitável”, que tocou a necessidade de incluir na agenda da categoria o tema da comunicação e de suas implicações na constituição da subjetividade do sujeito.

Direitos Humanos

O VI Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia, em dezembro, discutiu muitas questões de interesse da Psicologia: o atual funcionamento do Sistema Prisional, a crescente violência na sociedade; a educação inclusiva, o andamento do projeto de lei sobre o processo de adoção; a discriminação que sofrem os homossexuais; o engajamento à luta antimanicomial; e a postura crítica dos psicólogos em relação à implementação do Ato médico. Outro assunto que também despertou debates foi a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.

ABRAP

A Associação Brasileira de Psicoterapia abriu aos profissionais inscrições de filiação à entidade. A ABRAP, fundada em maio de 2004, trata-se de uma entidade que abarca linhas psicoterápicas como as psicanalíticas, psicodramáticas, psicoterapias cognitivo-comportamentais, sistêmicas, comportamentais, corporais, psicologia analítica, etc. Poderão ser sócio-profissionais, sem direito a voto, psicoterapeutas já formados. Poderão ser sócio-não-profissionais pessoas com título universitário que ainda estejam em formação na área de psicoterapia bem como estudantes de graduação (Psicologia e Medicina). Para afiliar, o candidato deverá remeter aos cuidados da Diretoria de Afiliações os seguintes documentos: formulário de solicitação de filiação preenchido; ficha cadastral preenchida; currículo; e documentos de comprovação como requisitos para a categoria solicitada. Endereço: r. Sergipe, 401 - cjo 1008 - Higienópolis - 01243-001 - São Paulo – SP. Tel: (11) 3255-9062. E-mail: abrap@uol.com.br.

Psicologia e povos indígenas

O Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), promoveu, em novembro, o seminário “Subjetividade e os povos indígenas” como parte da série “Gente da Terra” promovido pelo IV Congresso Nacional de Psicologia. O seminário tratou da ausência de políticas públicas, da perda de território, dos massacres, da fragilização da identidade, da desvalorização da cultura e das doenças e vícios pelo contato com os brancos. Os debates focaram as relações internas indígenas, como o respeito aos idosos e o amparo às crianças, e sua interação com o mundo moderno, como a capacidade de as comunidades reagirem às dificuldades atuais, o que é preciso ser fortalecido e como a Psicologia pode ajudar. Participaram do seminário cerca de 50 indígenas de 23 povos, representantes de 37 aldeias de 11 estados, 10 missionários do CIMI e 15 psicólogos.

Fórum Social Mundial

O Banco Social de Serviços em Psicologia e o CFP participaram do 5º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, do dia 26 a 31 de janeiro. Um vídeo apresentou os projetos desenvolvidos pelo Banco.